

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JRUENA
ESPECIALIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA**

DEZ

**ORALIDADE E ESCRITA: PERSPECTIVAS DE ENSINO ATRAVÉS DOS
GÊNEROS TEXTUAIS**

Suzana Oliveira Martins

Email:

Orientador: Prof. Ilso Fernandes do Carmo

JUINA/2012
AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
ESPECIALIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA

ORALIDADE E ESCRITA: PERSPECTIVAS DE ENSINO ATRAVÉS DOS
GÊNEROS TEXTUAIS

Suzana Oliveira Martins

Orientador: Prof. Ilso }Fernandes do Carmo

*“Trabalho apresentado como exigência
parcial para a obtenção do Título de
Especialização em Língua Portuguesa.”*

JUINA/2012

Dedico este trabalho aos meus pais Vlamir Antônio Alves Martins e Rosana Oliveira Martins, por caminharem comigo e me apoiarem sempre, em qualquer caminho e escolha que eu fizer, independentemente de meus erros e acertos.

Dedico ao meu filho, Gabriel, que sempre me dá alegrias, com o seu lindo sorriso e alegria contagiante. É o meu maior motivo para ir sempre em busca de meus objetivos, em busca de dar e fazer tudo o que estiver ao meu alcance, sempre pensando em seu bem-estar e felicidade.

E também, especialmente, ao meu esposo, Dr. Cláudio Silveira Maia, por ter sido o meu maior incentivador em lutar por meus ideais e estar sempre em busca do melhor. Sempre acompanhando meu trabalho, apoiando-me com suas ideias, sugestões e compartilhando comigo seus conhecimentos e sabedorias adquiridas ao longo de suas experiências.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, primeiramente, por ter me dado força e coragem para continuar em minha trajetória, em busca de mais conhecimentos, experiências, e melhor me preparar o trabalho docente, caminho seguido do qual tenho maior orgulho e satisfação em segui-lo.

Agradeço também aos meus pais, familiares e amigos, por ainda assim continuarem ao meu lado, apoiando-me neste caminho que ainda persistirei em seguir, do qual me privaram de alguns momentos de companhia dos meus mais queridos companheiros.

Agradeço aos meus colegas de curso pela companhia, amizade e conhecimentos adquiridos e compartilhados ao longo desses meses, sendo muito gratificante conhecer a todos, e também por ter tido a oportunidade de continuar na caminhada com alguns dos meus colegas da graduação. E que com o fim de mais uma etapa não seja mais uma separação, como ocorreu com alguns dos nossos colegas que não mais temos contato.

Agradeço a todos os professores, mestres e doutores por sua imensa dedicação, dos quais muitos deixaram suas casas, sua família para dedicarem quase que exclusivamente para todos nós e transmitirem muito de seus conhecimentos e sabedoria, suportando muitos contratempos e dificuldades.

E por fim, agradeço a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram de alguma forma para meu conhecimento e crescimento pessoal que serão indispensáveis por toda a minha vida.

A todos o meu muito obrigada!

A língua, a palavra, são quase tudo na vida do homem.
Bakhtin

RESUMO

A oralidade e a escrita são atividades que sempre estiveram presentes na comunicação humana, e isso leva-se a perceber também que falar e escrever bem exige conhecimentos adequados e uma preparação prévia e contínua, devido a língua estar sempre em modificação, surgindo novas tendências, novas regras, ocasionando as variações linguísticas que podem interferir na língua e na vida das pessoas, como o caso em que caracterizamos de preconceito linguístico. Por esse viés é que se segue a proposta do trabalho, que consiste em uma pesquisa bibliográfica sobre como é visto e qual a verdadeira realidade do ensino da oralidade e da escrita nas escolas. Destaca-se também as propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais sobre o ensino da oralidade e da escrita e a sua aplicabilidade nas salas de aulas, em que, a primeira percepção que se tem, é que os profissionais da educação ensinam somente a escrita, pois acreditam que a fala já foi adquirida pelo aluno na vida social e, ao entrar na escola, o aluno tem apenas que apreender as regras e normas que compõe a norma padrão da Língua Portuguesa, para fazer o uso correto da língua, tanto na escrita quanto na fala, método esse que ainda é baseado na escrita. Constata-se que esse é um tipo de ensino que acaba sendo justificado com a alegação de diversos problemas encontrados pelos professores, alunos e todos os outros profissionais da educação, como a falta de materiais adequados, falta de tempo e de preparação dos professores, excesso de trabalho, entre outros. No entanto, chega-se à conclusão de que ainda é possível ensinar a escrita e a oralidade em conjunto, mesmo com todos esses problemas, através de atividades simples, que já estão incluídas no currículo das escolas, nos livros didáticos, como os gêneros textuais. Atividades que podem facilitar ainda mais o aprendizado do aluno, em que ele terá acesso aos mais variados tipos de textos, preparando-os e desenvolvendo sua competência linguística e discursiva da língua.

PALAVRAS-CHAVE: Língua Portuguesa, oralidade, escrita, ensino, gêneros textuais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1. SURGIMENTO E MANIFESTAÇÕES DAS COMUNICAÇÕES HUMANA	12
1.1 Concepções e teorias dos processos comunicativos	13
1.2 Processo histórico da escrita e da oralidade na sociedade	16
2. IMPORTÂNCIA E UTILIDADES DA ORALIDADE E DA ESCRITA	22
2.1 Relações entre língua falada e língua escrita.....	22
2.2 Importância e contribuições da fala	25
2.3 Importância e contribuições da escrita	28
2.4 Importância do estudo da oralidade e escrita em conjunto	32
3. PROPOSTAS DOS PCN PARA O ENSINO DA ORALIDADE E DA ESCRITA NAS ESCOLAS	35
3.1 Introdução aos estudos dos Parâmetros Curriculares Nacionais	35
3.2 O ensino da escrita propostos pelos PCN	38
3.3 O ensino da oralidade propostos pelos PCN.....	45
4. DIFICULDADES NO ENSINO DA ORALIDADE E DA ESCRITA	51
4.1 Dificuldades encontradas pelos professores e alunos para o ensino da oralidade e da escrita nas escolas.....	51
4.2 Obrigatoriedade para o uso da norma padrão da Língua Portuguesa, influências da variação linguística e o preconceito linguístico.....	56
5. O ENSINO DA ORALIDADE E DA ESCRITA ATRAVÉS DOS GÊNEROS TEXTUAIS	65
5.1 O ensino da oralidade e escrita através dos gêneros textuais e o desenvolvimento da competência discursiva do aluno	65
5.2 Conceitos e definições para Gêneros textuais e exemplos de práticas realizadas em sala de aula pelos professores e alunos abordados pelos livros didáticos	67
5.3 Propostas e exemplos interessantes para o ensino da oralidade e da escrita nas escolas	73

CONCLUSÃO.....	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83

INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade na qual estamos o tempo todo interagindo, quando cumprimentamos algum conhecido na rua, ou até mesmo desconhecido, quando vamos ao supermercado e olhamos nas tabelas para sabermos os preços dos produtos, quando desejamos obter alguma informação. Enfim, estamos o tempo todo nos interagindo, seja no mais simples detalhe e no mais mínimo gesto. Não vivemos em um mundo sem comunicação, não conseguimos viver sem nos comunicar com nada e ninguém.

Somos seres sociais, que, além disso, também somos seres comunicáveis, que estamos sempre em comunicação com algo ou alguém. Não somos seres que vivemos isolados e ainda mais sem qualquer tipo de comunicação. Precisamos de comunicação para nos inserir no mundo, comunicação que muitas vezes é o que garante a nossa sobrevivência, pois desde a antiguidade, quando os homens ainda não conheciam a fala, ou seja, houve uma época em que os seres humanos não falavam, apenas emitiam sons, ruídos e se comunicavam por gestos e mímicas, e ainda tinham os desenhos feitos por eles nas paredes das cavernas, desenvolviam qualquer tipo de linguagem para comunicarem entre si, para poderem se proteger um ao outro, para irem em busca de seus alimentos, para definirem territórios etc.

O homem por ser um ser social e comunicável acabou por criar uma linguagem, em que cada povo criou a sua, o que hoje definimos como língua, e ao criar a linguagem e a língua, criaram-se também as formas de manifestação das mesmas, que podem ser de forma oral ou escrita, e a partir delas as mais diversas formas de utilização da língua.

É importante sabermos qual foi o processo de criação e a utilização da língua, da escrita e da fala em nosso dia-a-dia. É o que se propõe no primeiro capítulo da monografia, onde se aborda uma introdução sobre o surgimento e as formas de manifestação das comunicações humanas, mostrando também quais os tipos de linguagem e as formas de manifestações, que podem ser verbal ou não verbal, ou seja, falada ou escrita, e as formas possíveis para cada uma delas, ou seja, quais os meios que podem ocorrer a comunicação escrita e falada; aborda-se também algumas teorias e explicações para cada elemento que compõem os

processos comunicativos do homem e, para finalizar o capítulo, elenca-se uma breve explicação do processo histórico da escrita e da fala na sociedade para que possamos entender melhor a sua utilização e importância de cada uma das formas de comunicação que o homem criou.

A importância e utilidade da língua falada, que aqui trataremos de oralidade, e da escrita serão dadas mais ênfase no segundo capítulo, sendo relatadas em quatro subtítulos, em que no primeiro será feita uma relação entre a língua falada e a língua escrita, ou seja, será feita uma comparação entre as duas, abordando as diferenças e semelhanças para cada uma; no segundo e terceiro subtítulo, falaremos sobre a importância e contribuição da fala e da escrita, respectivamente, abordando as formas de utilização de cada uma e dizendo qual a importância que elas possuem no nosso cotidiano; e no quarto, a importância do estudo da oralidade e da escrita em conjunto, onde mostramos o nosso verdadeiro objetivo deste trabalho, que é mostrar como é possível trabalharmos a oralidade e a escrita juntas, sem uma atrapalhar a outra, ao contrário, que o estudo das duas formas em conjunto pode melhorar ainda mais a competência linguística e discursiva do aluno.

O reconhecimento do estudo e ensino da oralidade e da escrita em conjunto já foi feito até mesmo pelas autoridades do governo, em que os próprios PCN, Parâmetros Curriculares Nacionais, reconhecem que as escolas devem trabalhar junto com a escrita, a oralidade dos alunos. Os PCN afirmam que a oralidade deve ser ensinada nas escolas, uma vez que o aluno não utiliza somente a escrita no seu dia-a-dia, pois haverá situações em que o meio exigirá que o aluno use a oralidade corretamente, e este terá aprendido somente como utilizar a escrita e não saberá utilizar a língua corretamente na oralidade. Por esse motivo, no terceiro capítulo da monografia são abordadas as propostas dos PCN para o ensino da oralidade e da escrita nas escolas, onde, após uma pequena introdução aos estudos dos Parâmetros Curriculares Nacionais, são mostradas as propostas de ensino para a oralidade e para escrita pelos PCN a serem aplicadas nas escolas.

No entanto, não é bem assim que acontece. A maioria das escolas não seguem as propostas feitas pelos PCN por encontrarem diversas dificuldades. Dificuldades que são melhores relatadas no quarto capítulo, divididas em dois subtítulos. No primeiro são relatadas as dificuldades encontradas pelos professores e alunos para o ensino/aprendizagem da escrita e oralidade nas escolas, que

ocorrem das mais diversas formas, como falta de materiais adequados, despreparo dos professores, mau planejamento das aulas etc.; e no segundo subtítulo trata-se talvez do maior empecilho para o bom desempenho do aluno na aprendizagem da escrita e da oralidade, que é a obrigatoriedade do uso da norma padrão da Língua Portuguesa, as influências das variações linguísticas e o preconceito linguístico praticado pelas escolas, professores e até mesmo pelos próprios alunos, que vivem corrigindo quem faz o uso da variação linguística e taxando-os de incultos apenas por não seguirem a norma culta da língua padrão.

Esse tema será bastante discutido, no qual se tentará explicar que é possível ensinar a oralidade e a escrita com a existência da variação, que a variação é apenas uma das formas de linguagem desenvolvida pelo homem e que não pode ser tida somente como erro, podendo muito bem ser abordada o ensino da escrita e da oralidade com o uso da variação sem que isso interfira ou prejudique no ensino aprendizagem das mesmas.

É com esse viés que no quinto e último capítulo da monografia traz-se o ensino da oralidade e da escrita através dos gêneros textuais, ou seja, propõe-se o ensino da oralidade e da escrita a partir dos diversos tipos de textos existentes, preparando o aluno para saber utilizar todo e qualquer tipo de texto em qualquer meio e contexto social. O ensino da língua oral e escrita a partir dos diversos tipos de textos e funções podem aprimorar ainda mais a competência discursiva do aluno.

Para isso, definiremos o que são gêneros textuais e quais suas tipologias existentes e mostraremos exemplos para cada um delas, exemplos que são abordados em livros didáticos utilizados pelos professores pelas escolas. A partir desses exemplos, daremos nossas propostas e exemplos para o ensino da oralidade e da escrita nas salas de aulas. Propostas e exemplos que podem modificar o ponto de vista do professor ao ensinar a língua escrita e falada na escola e também a visão do aluno, que vê o ensino da língua como algo muito difícil e inalcançável.

É possível sim ensinar a oralidade nas escolas, uma vez que é este o dilema encontrado pelo professor, pois a escrita é ensinada com base nas regras impostas pela ortografia, gramática da norma padrão da Língua Portuguesa, e, se o aluno aprende a língua escrita, conseqüentemente irá aprender a linguagem oral, além de se ter a falsa concepção de que o aluno já entra na escola falando, ou seja, já sabe

usar a fala, a língua na forma oral e o quê ele tem que aprender agora é a língua escrita, em que se pensam que essa é a única responsabilidade da escola: ensinar a escrita aos seus alunos.

Enfim, espera-se que este trabalho possa alcançar seu objetivo, que é mostrar que é possível e que se deve ensinar a oralidade nas escolas junto com a escrita e que essa atitude, como já dito, pode melhorar muito a competência linguística e discursiva do aluno, que estará mais bem preparado para encarar e saber utilizar a língua oral e escrita em qualquer meio e situação. Tal trabalho foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica, buscando abordar as principais teorias, exemplos e ideias dos mais conhecidos e renomados profissionais da língua e que muito podem contribuir para nós profissionais da educação, que acreditamos em um possível ensino de qualidade aos nossos alunos, que acreditamos que possamos melhorar muito o ensino nas nossas escolas, a partir de muito empenho e dedicação de nós, professores.

1.SURGIMENTO E MANIFESTAÇÕES DAS COMUNICAÇÕES HUMANAS

O homem é um ser sociável, que vive em sociedade, mesmo que ainda existam alguns vivendo isoladamente da população. Não existe homem sem sociedade e não existe sociedade sem comunicação. Portanto, sociedade e comunicação são vistas em conjunto, pois fazem parte da vida humana e para que exista a relação sociedade e comunicação é necessária a existência da linguagem. A linguagem são as maneiras como nós utilizamos para nos comunicar, seja ela através de gestos, fala, escrita, entre muitas outras formas de comunicação criada pelo homem.

Foi a utilização das linguagens em suas diversas formas que possibilitou a interação entre os indivíduos e deu início à evolução da sociedade. Na pré-história, a comunicação entre os homens ocorria por meio de gestos, mímicas, sons e de pinturas feitas em cavernas. Não havia a comunicação por meio da fala, ou seja, os homens daquela época não falavam, apenas emitiam sons e se comunicavam por gestos e imagens por eles desenhadas nas paredes das cavernas, que são os únicos registros que temos daquela época.

Um dos motivos deles não falarem é a não existência de uma linguagem característica, ou seja, de uma língua, como temos hoje com a Língua Portuguesa, Espanhol, Inglês, entre outras inúmeras línguas. Mas o motivo maior de não falarem era por não terem conhecimento da existência da fala, como nunca haviam visto alguém falar antes, não sabiam que eram capazes de falar. Foi somente com o tempo que o homem foi descobrindo a fala e inserindo-a em sua comunicação.

Por esse motivo, podemos dizer, conforme McLuhan também afirma, que *“a palavra falada foi a primeira tecnologia pela qual o homem pôde desvincular-se de seu ambiente para retomá-lo de novo modo.”* (MCLUHAN, 1964, p. 76-77)

Logo após a descoberta de que o homem podia falar, ou seja, após a descoberta da fala, sente-se a necessidade de criar um sistema que pudesse registrar a fala, é quando surge a escrita, que nada mais é do que o registro daquilo que já foi criado pela fala, pois a escrita não cria, e sim, registra tudo o que já foi criado anteriormente pela fala.

Partiremos agora para definições mais específicas dos termos já citados, como linguagem, língua, fala, oralidade e escrita, uma vez que apenas foram feito uma breve introdução dos processos de comunicação do homem, sendo necessário

especificar um pouco mais cada um destes termos para que não ocorra ou fique nenhuma dúvida sobre os mesmos. Vale ressaltar e relembrar que fala e oralidade aqui neste trabalho são tidas e vistas como a mesma coisa, ou seja, serão mencionadas aqui como sendo o mesmo termo, embora possamos diferenciá-las em dois termos, em que a fala pode ser considerada apenas como o ato de falar, como o som que sai da boca ao pronunciarmos algo; e oralidade como a forma que usamos para expressarmos o som, ou seja, a fala. Seguem as definições dadas por importantes autores renomados da área de Linguística, ciência esta que estuda a linguagem e todos os seus processos.

1.1 CONCEPÇÕES E TEORIAS DOS PROCESSOS COMUNICATIVOS

Para início, daremos a definição de linguagem, já que a linguagem está relacionada à comunicação e sociedade, conforme foi dito anteriormente. Segundo KOCH, linguagem é a *“capacidade do ser humano de se expressar através de um conjunto de signos, de qualquer conjunto de signos.”* (KOCH apud XAVIER, 2005, p.142). A partir desta colocação, o mesmo autor afirma que a linguagem é um sistema de sinais convencionais usados no ato da comunicação, podendo ser verbal e não verbal, como também já mencionado anteriormente. A linguagem verbal, para relembrar, é aquela em que utilizamos palavras, seja na forma oral ou escrita; a linguagem não verbal é aquela utilizada através de sinais, que é o caso dos sinais de trânsito, linguagem dos surdos-mudos, a Libras etc. Relembramos também que, para que a linguagem possa ser efetivada, é necessário um sistema de signos, regras e códigos, que é a língua.

A língua, segundo a definição de SAUSSURE (1969), não pode ser confundida com a linguagem, pois ela é somente uma parte essencial e social da linguagem, com um conjunto de códigos e convenções necessárias, adotadas por uma sociedade. E é através da fala que manifestamos a língua, fala que, ainda na concepção de Saussure, é um ato individual, pois a sua execução jamais é feita através de uma coletividade, sendo ela sempre individual, e dela o indivíduo é sempre senhor, ou seja, dono de sua própria fala. Saussure resume a sua definição dada para os fenômenos da linguagem através das seguintes palavras:

A língua é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade. [...] A língua, distinta da fala, é um objeto que se pode estudar separadamente. [...] Enquanto a linguagem é heterogênea, a língua assim delimitada é de natureza homogênea: constitui-se num sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas. [...] A língua, não menos que a fala, é um objeto de natureza concreta, o que oferece grande vantagem para o seu estudo. (SAUSSURE, 1969, p. 23).

A língua é um objeto de estudo e são muitas as ciências que se interessam por estudá-la. De acordo com SAUSSURE (1969), o estudo da linguagem é realizado em duas partes, em que uma delas tem por objeto de estudo a língua, que é social e independente do indivíduo, sendo um estudo psíquico e a outra tem por objeto de estudo a fala, parte individual da linguagem, sendo um estudo psíquico-físico. Esses dois elementos estão extremamente ligados e se implicam mutuamente, sendo a língua necessária para que a fala seja realizada e produza todos os seus efeitos e também para que a língua se manifeste.

Enfim, como afirma SAUSSURE (1969), é a fala que faz evoluir a língua, existindo a interdependência da língua e da fala, em que aquela é ao mesmo tempo o instrumento e o produto desta, não impedindo, porém, que sejam duas coisas absolutamente distintas.

Agora que fizemos a comparação entre língua e fala, faremos a relação entre língua e a escrita. Língua e escrita, segundo SAUSSURE (1969), são dois sistemas de signos distintos, em que a escrita é a representação da língua, ou seja, como afirmamos anteriormente que a escrita foi criada para representar graficamente a fala, e, como afirmou também Saussure, não há fala sem a manifestação da língua e vice-versa, a escrita também é a representação da língua.

A língua possui a forma oral independente da escrita, no entanto, a fala não é fixa como a escrita, pois se modifica ao longo do tempo e a escrita fica como um objeto permanente e sólido, sendo mais adequada do que a fala para representar a unidade da língua através do passar dos anos. Por isso, a grande valorização do uso de livros e textos literários para representar a língua, e também os dicionários junto com os manuais da gramática que são utilizados e tidos como modelo para o estudo e representação da língua e até mesmo considerados como a única forma correta de utilização da língua por alguns estudiosos da língua.

Pode-se afirmar que a escrita foi criada para registrar a língua e fazer com que ela não se modificasse tão rapidamente, pois acreditavam que a língua se

alterava mais rapidamente quando não havia a escrita, mas, com o passar do tempo, podemos perceber que isso não ocorre desta forma, uma vez que a escrita pode retardar as modificações da língua, mas não é impedimento para que ela se modifique. Por outro lado, há quem acredita que a escrita não pode ser considerada como uma representação da fala, já que não consegue reproduzir fielmente a muitos dos fenômenos da oralidade, entretanto, a escrita apresenta elementos próprios que são ausentes na língua oral.

Falamos e damos definições até aqui somente de linguagem, língua, fala e escrita, entretanto, ainda falta definir o nosso foco principal, que é a oralidade.

Foi dito anteriormente que utilizaremos fala e oralidade como se fossem os mesmos termos, no entanto, teoricamente eles não são a mesma coisa, embora estejam relacionadas. Segundo a definição de MARCUSCHI,

[...] a oralidade seria uma prática social interativa para fins comunicativos que se apresenta sob várias formas ou gêneros textuais fundados na realidade sonora; ela vai desde uma realização mais informal à mais formal nos mais variados contextos de uso (2001, p.25).

A oralidade, portanto, a partir desta definição, pode ser entendida como sendo as práticas sociais que os homens realizam através da linguagem verbal, na forma oral manifestada pela voz e que estão presentes nas mais diferentes situações sociais, em que um indivíduo possa estar inserido ao longo da vida. A fala, portanto, podemos concluir que é apenas um dos meios de expressão da oralidade, não sendo o único, pois a oralidade, além da fala, envolve outros elementos como os gestos, a entonação etc.

A fala é individual, como mostrado por Saussure (1969), e própria de cada indivíduo, sendo a oralidade adquirida nas relações sociais do dia-a-dia, em situações sociais que exigem determinadas atitudes diante de uma situação comunicativa. O contexto é que determinará o tipo de linguagem que devemos utilizar. A oralidade é muitas vezes considerada como uma forma de inclusão cultural e de socialização do indivíduo.

FÁVERO afirma que “o texto conversacional é criação coletiva e se produz não só interacionalmente, mas também de forma organizada” (2005, p.21), ou seja, para que haja comunicação oral são indispensáveis habilidades e competências que vão além do conhecimento gramatical, sendo necessário que haja uma organização para que possa ocorrer a compreensão e o ato comunicacional seja concretizado.

Com relação à escrita, a oralidade também se encontra muitas vezes vinculada a ela, no qual a escrita juntamente com a oralidade são usadas nos diferentes contextos sociais, como trabalho, escola, família, etc. Mas, como já sabemos, para cada situação comunicativa há objetivos diversificados em relação ao uso da escrita quanto da oralidade.

Espera-se que tenham ficado claro as definições dadas para os elementos que fazem parte do processo de comunicação do homem, entretanto, esses termos serão retomados ao longo do trabalho, no qual ainda falaremos muito da relação entre escrita e oralidade.

Após conhecermos suas definições, é importante também conhecermos um pouco do início do processo histórico da escrita e da fala e da relação que ambas possuem. Em seguida, partiremos para um breve histórico sobre a linguagem, língua, fala e escrita, ou seja, um histórico para melhor entender o processo de comunicação que envolve o homem.

1.2 PROCESSO HISTÓRICO DA ESCRITA E DA FALA NA SOCIEDADE

Como mostramos anteriormente, a fala está presente na vida do homem desde a Antiguidade, embora tenha surgido algum tempo depois, quando ainda se usavam gestos e figuras para se comunicarem. E para que a fala se desenvolvesse, foi necessário que se criasse um sistema com códigos, que é o que denominamos de língua. Podemos assim dizer que a língua é a mais recente descoberta que o homem fez e que dá a possibilidade para que homens de lugares e épocas diferentes se comuniquem. A língua é produto da cultura de um povo e pode ser tida como a representação de uma nação, como é o caso da Língua Portuguesa que nos representa, ou seja, que representa a nação brasileira, o povo do Brasil.

A Língua Portuguesa não é falada somente aqui no Brasil, mas em diversos outros países. Vale lembrar que a Língua Portuguesa veio para o Brasil com os portugueses, logo após sua descoberta e colonização pelos mesmos, em 1500. Entretanto, essa mesma Língua Portuguesa não se originou em Portugal, e sim desde a Antiguidade, através do Latim Vulgar. Entretanto, não é esse o nosso foco, ou seja, falar sobre o processo histórico da Língua Portuguesa, e sim, abordar as formas de comunicação que usamos.

A língua surgiu apenas para padronizar a comunicação entre as sociedades, embora ela já existisse muito antes de se pensar em criá-la, uma vez que não seria possível a comunicação entre os homens, mesmo que somente com o uso de gestos e figuras se não houvesse um sistema de regras e códigos a ser seguido, pois, sendo assim, cada um teria a sua própria língua e outro não o entenderia já que também seria portador de uma língua própria.

A língua não é desenvolvida somente através da fala, tem-se também a escrita, a forma gráfica de representação da língua. Entretanto, foi somente após o desenvolvimento da fala, muito tempo depois ainda, é que foi surgir a escrita e, no entanto, a escrita ainda assim se baseia na fala. Podemos assim, concluir que a escrita só se desenvolveu por causa da existência da fala, uma vez que a fala não dependeu da escrita para que ela pudesse existir, porém, já a escrita tem muita relação com a oralidade, com a fala. Só com o tempo que a fala veio se basear em textos escritos.

Vale constatar que, com o surgimento da escrita, a sociedade passou a ter uma evolução mais rápida. Após a invenção da escrita, muitos outros meios de comunicação começaram a se desenvolver, como por exemplo, a tipografia, os primeiros livros impressos, a imprensa, entre outros, acompanhando a evolução e as necessidades de comunicação do homem. E essa evolução prossegue até os dias atuais, quando a sociedade vive a era da informática.

A escrita foi uma criação do homem tida como um dos meios de comunicação que possibilita o desenvolvimento da sociedade. Ela, como dita antes, é apenas a representação gráfica da língua, que por sua vez é representada também pela fala, sendo a criação da ortografia feita apenas para neutralizar as diferenças de escrita existentes entre vários povos, em que foram criados sistemas de códigos e regras para cada língua.

Temos que levar em consideração que língua e escrita não podem ser confundidas, pois trata de dois sistemas distintos. A escrita é um ato posterior ao da fala, ou seja, surgiu depois da fala. Muitas pessoas usam a língua através da fala, mas não sabem escrever, mesmo tendo conhecimento da própria língua, mas só sabem usá-la na fala. Existem muitos países ágrafos no mundo, isto é, países que não são representadas por nenhuma forma de escrita. São aproximadamente três mil línguas e apenas 110 possuem a escrita.

Segundo FÁVERO (2005), a escrita sempre foi considerada como a verdadeira forma de expressão da linguagem e a fala, por ser mais flexível, não era nem considerada objeto de estudo. Somente a partir de 1960 é que a fala deixou de ser considerada apenas uma mera verbalização da língua. A língua é um processo inacabado, resultado das construções do passado e do presente, e passou a ser incorporada às análises textuais.

No entanto, a preocupação com a linguagem, com a forma de expressão através da fala não é apenas de agora. De acordo com MANACORDA, essa preocupação vem desde o antigo Egito, ele afirma que:

O falar bem é, então, conteúdo e objetivo do ensinamento. Mas o que significa exatamente este falar bem? Creio que seria totalmente errado considerá-lo em sentido estético-literário, e que, sem medo de forçar o texto, se possa afirmar que, pela primeira vez na história, nos encontramos perante a definição da oratória como arte política [...] (MANACORDA *apud* GERALDI, 1996, p.29).

Houve-se um tempo em que a fala era mais importante, em que se privilegiavam os estudos da oralidade, do qual existia até a disciplina denominada *Oratória* nos sistemas de ensino da Antiguidade, em que se ensinavam as pessoas a falarem corretamente em público; a escrita era usada somente para relatar momentos históricos, onde se faziam anotações em pergaminhos, fabricavam-se livros etc. Hoje em dia, a escrita e a fala possuem suas utilidades, cada qual com suas regras de usos, dependendo da situação e fins a que são destinados. Esses fins serão mencionados com mais detalhes nos capítulos posteriores.

Mencionamos anteriormente que a linguagem é objeto de estudo para várias ciências, portanto, é importante lembrarmos quando a fala e a escrita passarem a ser estudadas e tidas como objetos de estudo de algumas ciências. Segundo FÁVERO (2005), a fala só foi passar a ser considerada como objeto de estudo somente a partir de 1960, por ser considerada flexível, ou seja, pelo fato de a fala está sempre em constantes mudanças. Neste caso, dizemos que é a fala que esta sempre em mudança, mas na verdade é a língua, pois é a língua que se modifica ao longo do tempo, entretanto, essa mudança que ocorre com mais intensidade e em menos tempo só ocorre com a língua transmitida através da fala. Retomando ao fato de que a língua esta em constante mudança, podemos complementar com as afirmações de CAGLIARI (2007), na qual ele diz que as línguas modificam-se ao longo do tempo e não permanecem sempre a mesma, *“se transformam e vão adquirindo peculiaridades próprias em função do seu uso por comunidades*

específicas.” (CAGLIARI, 2007, p. 81). E para reforçar o que o autor diz, Saussure (1969) complementa:

A língua evolui sem cessar, ao passo que a escrita tende a permanecer imóvel. Segue-se que a grafia acaba por não mais corresponder àquilo que deve representar. Uma notação coerente, num momento dado, será absurda um século mais tarde. Durante certo tempo, modifica-se o signo gráfico para conformá-lo às mudanças de pronúncia, mas depois se renuncia a isso. (SAUSSURE, 1969, p. 37)

Devido às grandes mudanças da língua ao longo do tempo, Geraldi afirma que

a língua, enquanto produto desta história e enquanto condição de produção da história presente vem marcada pelos seus usos e pelos espaços sociais destes usos. Neste sentido, a língua nunca pode ser estudada ou ensinada como produto acabado, pronto, fechado em si mesmo [...]. (GERALDI, 1996, p.28).

Portanto, a fala nunca poderá ser estudada com um produto acabado, pronto, fechado, pois ela nunca será fixa, mesmo com a gramática, que foi criada para colocar regras na língua, sempre haverá alguma mudança, por menor que seja, e forçará a própria escrita, ou seja, a gramática a se modificar e acompanhar as mudanças que ocorreram, mesmo que propondo uma nova regra para a mudança que ocorreu, pois esta é a função da gramática, colocar regras na língua.

Com essas definições do que seja o verdadeiro papel da gramática, o que podemos concluir é que a gramática parece que veio só para tentar reger, dizer o que é certo e errado, não só na escrita, mas como na fala também. No entanto, a gramática sempre foi assim, pois, como informa LOUREIRO (2005), no início, ela foi criada para registrar as manifestações linguísticas usadas por pessoas que eram consideradas grandes escritores, no intento de que pudessem ser conhecidas, descritas e fixadas como regras e subordinadas à língua oral. A língua escrita que antes surgiu por causa da existência da fala, para poder registrá-la, passa agora a ser superior à fala. Ao decorrer do tempo, tornou-se instrumento de poder e controle, passando a ser apresentada como um modelo que deve ser usado não só pelos grandes escritores, mas também por todos os falantes da língua. Aquilo ou aquele que não seguir as normas da gramática são considerados como erros, são ironizados e acabam sofrendo preconceitos por aqueles que se julgam sabedores convictos da gramática. Mas o preconceito não é recente, não foi a população atual que criou o tal do preconceito contra aqueles que não sabem ou não conseguem seguir a risca a gramática. O preconceito existe antes mesmo da fala, se não fosse a busca pela perfeição, pelo falar e expressar corretamente, talvez não tivessem inventado a gramática.

Entretanto, mesmo com criação da gramática bem posteriormente ao início da fala, Silva (2009) relata que a ortografia, um componente da gramática e que tem muita influência em como falar e escrever bem, foi um elemento constante e que sempre esteve presente, seja manifestando contra os modos de grafar as palavras do idioma, seja como fenômeno de exploração de uma ideologia e um policiamento linguístico específico de determinada época e/ou grupo social. Por falar na criação da gramática, ela surgiu por volta do século III a.C, pelos filósofos e filólogos gregos, e junto com eles o preconceito linguístico. Veja o que BAGNO relata:

Foram eles e seus seguidores, de fato, que plantaram as sementes do preconceito linguístico, que iam dar tantos e tão amargos frutos ao longo dos séculos seguintes. Foram eles que sacralizaram na cultura ocidental o mito de que existe “erro” na língua, principalmente na falada. Por isso, até hoje, as pessoas julgam a língua falada usando como instrumento de medição a escrita literária mais consagrada: qualquer regra linguística que não esteja presente na grande literatura (e como são numerosas essas regras!) é imediatamente tachada de “erro”. (2003, p. 46-47)

Em relação ao preconceito sofrido por pessoas que são julgadas pelas falas será retomado mais adiante, onde serão retratados os problemas encontrados pelos professores ao tentarem ensinar a oralidade e a escrita nas escolas. Ensino este que passou a ser incorporado nas escolas pelos PCN e que hoje fazem parte do currículo escolar, mesmo que não sendo seguidos como mandam os Parâmetros Curriculares Nacionais.

É importante termos conhecimento de quando a incorporação da oralidade juntamente com a escrita passou a ser inserida no ensino da língua nas escolas. De acordo com MARCUSCHI (2001), a partir dos anos 80, os estudos sobre a oralidade e escrita sofreram algumas mudanças, antes essas duas modalidades da língua eram vistas como opostas e, a partir dessa época, passam a ser analisadas como um “conjunto de práticas sociais.” (MARCUSCHI, 2001, p. 15)

O que foi relatado até aqui é apenas uma pequena exposição do histórico dos processos de criação dos meios de comunicação criados pelo homem, apenas para se ter uma idéia de como surgiu a comunicação entre os homens e a importância que a mesma tem para a sociedade, importância esta que será melhor detalhada mais adiante. O que quisemos retratar é o quanto a linguagem falada e escrita esta presente em tudo a nossa volta e a partir destas colocações, partimos para o que é o verdadeiro objeto de estudo deste trabalho, que é o ensino da oralidade e da escrita nas escolas, a fim de que possamos chegar ao nosso principal

objetivo, que é a proposta de ensino da oralidade e da escrita a partir de gêneros textuais.

2. IMPORTÂNCIA E UTILIDADES DA ORALIDADE E DA ESCRITA

2.1 RELAÇÕES ENTRE LÍNGUA FALADA E LÍNGUA ESCRITA

Foi mostrado até aqui as definições teóricas e os processos históricos dos elementos que envolvem a oralidade e a escrita. Agora, partiremos para uma demonstração sobre a importância e utilidades que a escrita e oralidade possuem em nosso dia-a-dia.

Há momentos que exigem mais o uso da fala, já outros somente da escrita, mas há aqueles em que a escrita e oralidade estão relacionadas, uma complementando a outra. A escrita e a fala são imprescindíveis, mas não podemos confundir seus papéis e contextos de usos. Elas estão sempre sendo usadas paralelamente, são utilizadas em todas as nossas atividades, seja ela mais informal ou não. E para isso, surgem vários tipos de manifestações da língua para serem utilizadas em determinadas situações, e elas podem ser feitas através da fala e da escrita.

Todos nós sabemos que os meios de comunicação que mais utilizamos em nosso meio é a fala e a escrita, das quais são definidas muitas vezes por linguagem verbal e não verbal. Entretanto, o uso da escrita e da fala consiste no que chamamos de linguagem verbal, uma vez que o que define linguagem verbal é o uso de palavras e, tanto a escrita quanto a fala fazem uso da palavra. Entretanto, devemos saber que a linguagem verbal não é a única forma de comunicação do ser humano. Tal posicionamento pode ser percebido através do que é defendido por SANTAELLA, ao mencionar diversas formas de linguagens não verbais, presentes no ato da comunicação:

[...] também nos comunicamos e nos orientamos através de imagens, gráficos, sinais, setas, números, luzes... Através de objetos, sons musicais, gestos, expressões, cheiro e tato, através do olhar, do sentir e do apalpar. Somos uma espécie animal tão complexa quanto são complexas e plurais as linguagens que nos constituem como seres simbólicos, isto é, seres de linguagem (SANTAELLA, 2003, p. 10).

Como podemos perceber, o homem sempre arrumou e teve um jeito de se comunicar um com o outro, comunicavam-se mesmo antes de inventarem a palavra, até mesmo de saberem falar, que conseqüentemente foi muito antes da criação da escrita. Os homens da Pré-história comunicavam-se por desenhos, figuras, mas não

havam palavras para usarem em suas manifestações. Elas foram criadas aos poucos, juntamente com a fala, e depois com a escrita.

É sabido que, como dizemos há pouco, a fala e a escrita são as formas de comunicação que mais utilizamos atualmente. Usamos a fala e a escrita a todo momento e em tudo o que iremos fazer, e muitas vezes sem nem perceber que estamos usando a escrita e a fala o tempo todo. Atitudes como andar de ônibus, ver ou perguntar a hora, escrever um recado a um amigo são as mais simples, no entanto, existem aquelas que exigem um uso mais formal e policiado da língua, seja na fala ou na escrita, situações como uma entrevista de emprego, uma apresentação de seminário etc.

Como confirma MARCUSCHI (2001), a escrita e a oralidade são usadas em diferentes contextos e situações sociais, mas para cada situação comunicativa há objetivos específicos em que um falar e/ou escrever bem é saber usar a língua para chegar a um objetivo pretendido num dado momento e situação.

A fala pode ser definida e usada como uma forma de produção textual oral, textual porque exige a palavra e, ao falarmos, usamos palavras em formas de texto, ou seja, organizamos nossa fala através de textos produzidos por palavras com finalidades comunicativas; já a escrita é uma representação abstrata da própria fala, um modo de produção textual com suas próprias características e objetivos específicos, em que a escrita assim como a fala, também exige a produção de palavras, só que num contexto mais amplo, mais regrado, como, podemos assim dizer, a gramática, ortografia.

Para analisar de maneira adequada uma produção textual, seja ela falada ou escrita, precisamos identificar os elementos que fazem parte da situação comunicativa, como: falante-ouvinte/escritor-leitor. Também é necessário considerar as condições de produção que possibilitam uma atividade interacional e que são distintas entre as modalidades orais e escritas. Devemos saber e conhecer quais são os elementos que diferenciam a fala da escrita.

Em síntese, a partir do quadro comparativo em que as diferenças foram citadas por Maria Lúcia da Cunha Victorio de Oliveira Andrade, em seu artigo intitulado *Linguística e história: oralidade e escrita no discurso Religioso medieval*,

podemos dizer que a fala apresenta várias características que a diferem da escrita, dentre as quais podemos destacar:

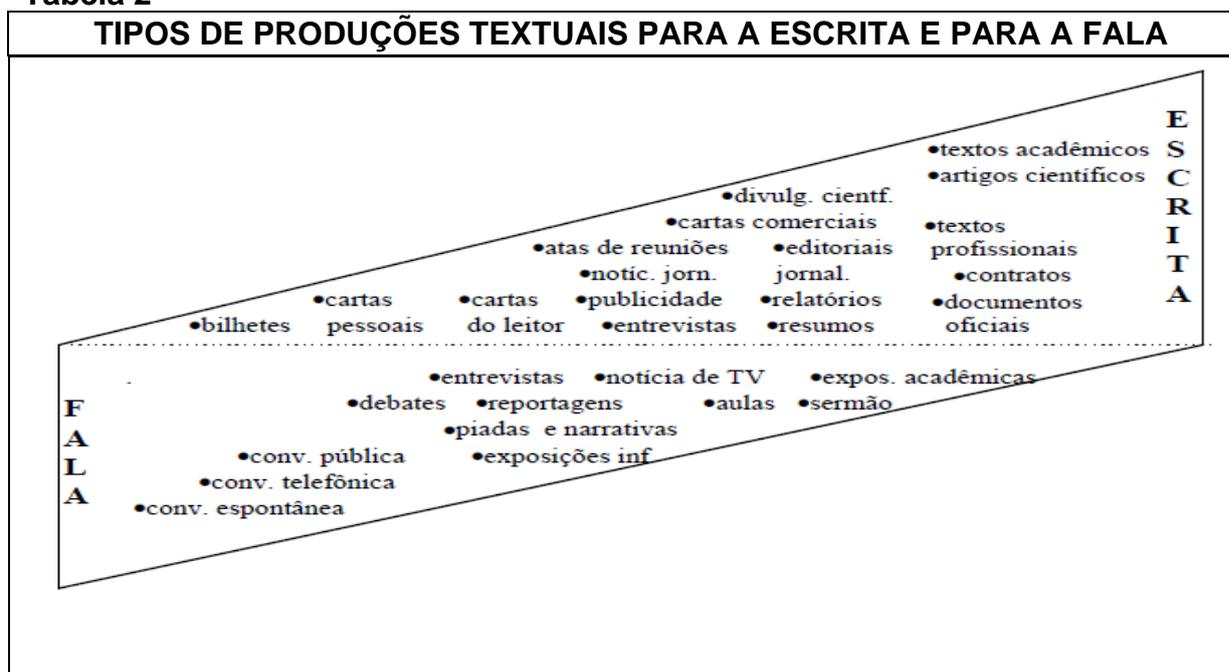
Tabela 1

DIFERENÇAS ENTRE FALA E ESCRITA	
FALA	ESCRITA
interação face a face (os interlocutores estão no mesmo espaço físico e no mesmo tempo)	interação à distância (tanto no espaço, quanto no tempo);
planejamento simultâneo ou quase simultâneo à execução;	planejamento anterior à execução;
acesso imediato à reação do ouvinte;	não há possibilidade de resposta imediata;
possibilidade de redirecionar o texto, posteriormente	escritor pode modificar o texto a partir das possíveis reações do leitor.

FONTE: ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira. **Linguística e história:** oralidade e escrita no discurso Religioso Medieval. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/maluv009.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2012.

A partir destas diferenças, podemos separar os tipos produções textuais para a fala e a escrita, conforme se pode observar nesta tabela elaborado por MARCUSCHI:

Tabela 2



FONTE: MARCUSCHI, 2001, p. 41.

Essas tabelas apenas mostram resumidamente as diferenças existentes entre oralidade e escrita, assim como os tipos de produções existentes para cada tipo de modalidade. Iremos agora entrar em detalhes maiores sobre essas diferenças, mas destacando agora sua importância e utilidades para cada uma delas, e em seguida, mostraremos também a importância de relacionarmos as duas modalidades na aprendizagem de nossos alunos, reafirmando que as duas têm grande importância para usarmos em nossas atividades cotidianas.

2.2 IMPORTÂNCIA E CONTRIBUIÇÕES DA FALA

A fala é a primeira forma de comunicação de uma pessoa, são as primeiras manifestações do ser humano que, depois de nascer e após alguns meses, começa a dar seus primeiro balbucios, tentando dizer as palavras que ouvem das pessoas próximas. A fala é a primeira forma de socialização da criança, é através da fala que ela se insere na sociedade, passa a fazer parte do mundo que a rodeia. A fala é adquirida naturalmente, até mesmo nos contextos mais informais do cotidiano e nas relações sociais que se estabelecem desde o primeiro contato que a mãe tem com seu filho. A criança aprende a falar naturalmente, com o convívio com outras pessoas, e, através da fala, a criança tem seu primeiro acesso a valores, crenças, regras de sua cultura.

CAGLIARI (2007), tem algumas colocações muito importantes sobre a aquisição da fala pela criança que se torna indispensável destacá-las aqui:

Uma criança de 7 anos que entra na escola para se alfabetizar já é capaz de entender e falar a língua portuguesa com desembaraço e precisão, nas mais diversas circunstâncias de sua vida. Essa criança aprende a falar e a entender o que lhe falam, revelando um processo de aquisição da linguagem que teve grande desenvolvimento a partir, aproximadamente, de seu primeiro ano de idade. Com 3 anos ela já era capaz de conversar com outras crianças e com adultos, compreendendo plenamente o que lhe era dito. Sua habilidade com o uso da linguagem havia alcançado um estágio tal que, quando ela não entendia algo que lhe era dito, já dispunha de modos de falar para externar sua dúvida. Quando queria dizer algo e para isso sentia a necessidade de palavras adequadas que não conhecia, usava circunlocações apropriadas a fim de exprimir, de maneira indireta, o que pretendia. Nesse jogo, é claro, nem sempre perguntava tudo o que não entendia, nem se preocupava em entender tudo o que lhe era dito, na abrangência semântica maior que a fala carrega. A criança de que falamos é qualquer criança normal, de qualquer parte do mundo. As dificuldades específicas de aquisição da linguagem só ocorrem quando a criança apresenta problemas biológicos seriíssimos, causados por patologias neurofisiológicas graves. (p. 16).

Dando sequência ao que o autor diz, a escola muitas vezes ignora a bagagem linguística que a criança possui, acreditando que tem que ensinar a língua correta para ela, ou que, como ela já sabe falar, que não precisa ensinar a fala, somente a escrita. É uma concepção errada que a escola possui e que será melhor descrita e relatada em um capítulo posterior voltado para as dificuldades encontradas entre escolas, professores e alunos no ensinoaprendizagem da escrita e oralidade.

Em continuidade sobre a importância da fala, ela sempre esteve presente na vida da sociedade, tanto que existem muito mais formas de expressão oral do que escrita, isto é, melhor explicando, todos os povos têm ou tiveram uma tradição oral, mas poucos tiveram ou têm uma tradição escrita. Vimos anteriormente que existem muito mais línguas faladas do que escrita (três mil línguas e apenas 110 possuem a escrita). Muitos povos têm sua própria língua, sua própria forma de expressão, mas muitos permanecem somente na fala, não possuem a representação gráfica de sua língua, ou seja, a escrita. Por esse motivo, existem muitos linguistas que estudam a língua desses povos, na tentativa de descobrir suas regras e composições para tentar pô-las no papel, criando um sistema escrito dessa língua.

Esse é o caso de muitas línguas indígenas, aqui mesmo no Brasil, pois ainda existem aldeias que estão isoladas da população, sem contato com os ditos “homens urbanos”, ou que ainda prezam o uso da sua língua, não permitindo que a Língua Portuguesa introduza em sua aldeia. Entretanto, há aquelas que usam as duas línguas, ou seja, a língua natural de sua aldeia para se comunicarem entre eles e a Língua Portuguesa para se comunicarem com as pessoas de fora de sua aldeia. Isso, no caso de serem índios que convivem com a sociedade.

Ao mencionarmos este fato, não se trata, como indica STUBBS (1986), de colocar a oralidade como a mais importante, mas de perceber que a oralidade tem uma precedência histórica e cronológica indiscutível. A oralidade, no entanto, parece estar evoluindo cada vez mais, parece que hoje a sociedade redescobriu que somos eminentemente orais, mesmo em culturas consideradas letrada. Entretanto, é fundamental sabermos qual é lugar da oralidade hoje, em que contextos ela pode e deve ser usada e a maneira correta de cada momento e tipo de apresentação que ela vir a ser apresentada, seja na vida diária ou nos contextos de formação escolar formal.

Mostramos na tabela anterior que a fala possui algumas características que diferem da escrita (Tabela 01). A começar pela interação face a face, em que os interlocutores estão no mesmo tempo e espaço físico, podendo comunicar-se instantaneamente, muitas vezes planejando sua fala no ato da conversação, tendo acesso imediato à reação do ouvinte e, podendo novamente, replanejar e reformular sua fala. No entanto, há momentos na fala em que não se permite retificações e correções, o que foi dito já foi interpretado pelo ouvinte e dificulta a retratação. A fala muitas vezes não precisa ser planejada, pode ser desenvolvida naturalmente ao longo da conversa, mas pode ser interrompida por outros fatores, como gestos, risadas etc., e exige maior atenção de quem ouve, e ainda tem a possibilidade de a pessoa não entender da mesma forma como se espera quem fala, sendo necessário reformular até que se atinja o objetivo almejado. No entanto, esse fato não ocorre só na fala, na escrita também ocorre, o que será mostrado logo em seguida.

Na tabela que segue sobre as diferenciações entre fala e escrita (Tabela 2), são mostrados os tipos de produções orais e escrita que existem, entre muitos outros que não foram elencados. Nas produções orais podemos encontrar: entrevistas, notícias de televisão, exposições acadêmicas, debates, aulas, sermão, reportagens, piadas, narrativas, entre muitos outros, e para cada tipo dessas produções exigem uma regra, uma norma diferente. Algumas podem ser feitas de forma mais espontânea, outras já exigem um cuidado maior, que antecede uma preparação maior.

Podemos perceber essas diferenciações entre os tipos de oralidade, por exemplo, quando assistimos a um jornal televisivo, vemos que os apresentadores na maioria das vezes fazem uso dos textos oralizados, ou seja, fazem a leitura oral de textos escritos. Quando vemos os apresentadores conversando, sem fazer uso de textos escritos, a oralidade já ocorre de forma diferente, o que fica claro que na oralidade também temos adaptações, têm suas normas e regras, que podem exigir uma preparação prévia antes de ser dito, ou seja, suporte de texto escrito; enquanto que outros podem ocorrer de forma mais natural e espontânea que outras. A mesma coisa acontece quando vamos transcrever um texto oralizado para a escrita. Veremos que nem sempre falamos como escrevemos e ao transcrevermos a fala para a escrita, temos duas formas de fazê-las: escrever exatamente da mesma

forma como foi dito, ou fazer adaptações necessárias como manda a norma padrão da Língua Portuguesa.

Existem muitas outras importâncias e utilizações da fala, da oralidade, que seria necessário utilizar incontáveis linhas para descrevê-la, entretanto, ela não é tão mais importante que a escrita, que também devem ser relatada e mostrada a importância e utilizações que a mesma tem para nossa vida. Seguiremos agora com as descrições para a escrita.

2.3 IMPORTÂNCIA E CONTRIBUIÇÕES DA ESCRITA

Em relação à escrita, podemos afirmar que, embora ela tenha sido criada tardiamente pelo homem com relação à oralidade, ela está presente em quase todas as práticas sociais do mundo atual. Dizemos anteriormente que a fala e a escrita, no entanto, agora que estamos falando especificamente da escrita, estão presentes em tudo à nossa volta.

A escrita, de acordo com MARCUSCHI (2001), é considerada com um bem social indispensável para enfrentar situações do cotidiano, em qualquer lugar do mundo. Sendo assim, pode ser vista como sendo essencial à própria sobrevivência do homem. Quando dizemos que a usamos nas situações mais simples de nossa vida e nem percebemos, por exemplo, como já foi citado, quando pegamos um ônibus para ir a um determinado bairro, não pegamos o primeiro que vemos, e sim, aquele que diz para qual bairro irá e que está escrito em algum painel, letreiro, cartaz. É a escrita presente nas mais simples atitudes do nosso dia-a-dia, em que em muitas vezes sem a escrita tudo seria muito mais difícil.

A escrita faz parte da vida até daquelas pessoas que são ditas analfabetas, mas se pensarmos bem, e como já foi até definido por alguns autores, não existe analfabetismo, e sim, graus de analfabetismo, pois não existe uma pessoa totalmente analfabeta, porque tudo a nossa volta envolve a escrita, como dissemos, para pegar um ônibus, para usar um produto de limpeza, para escolher um alimento, mesmo que não façamos a leitura das palavras, mas fazemos um tipo de leitura associativa, como a figura, a imagem do alimento, etc.

Existem dois termos para se definir o uso da escrita: Letramento e Alfabetização. O que vem a ser uma pessoa letrada? E uma pessoa alfabetizada? Embora elas estejam relacionadas, não são a mesma coisa. Ambas envolvem o saber ler e escrever, só que em modos e estágios diferentes. Existem pessoas que são alfabetizadas, mas não são letradas, e outras que são letradas, mas não alfabetizadas. Como isso ocorre? Primeiro, vamos entender a definição de cada uma delas.

Alfabetização, de acordo com o minidicionário Aurélio, do autor Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2008), é ato ou efeito de alfabetizar, que é ensinar a ler e escrever. A pessoa alfabetizada é aquela que saber ler e escrever com a devida compreensão das palavras e do conceito. E letramento, segundo o mesmo autor, é o *“Estado ou condição de indivíduo ou grupo capaz de utilizar-se da leitura e da escrita, ou de exercê-la como instrumentos de sua realização e de seu desenvolvimento social e cultural.”* (FERREIRA, 2008, p. 513)

À primeira vista, parecem ter a mesma significação, já que ambas se referem a saber ler e escrever, no entanto, são níveis de leituras diferentes. Uma pessoa alfabetiza é aquela pessoa que sabe ler e escrever, mas saber ler e escrever não quer dizer saber qual o verdadeiro significado e a verdadeira realidade de contexto daquela palavra ou texto, do que está lendo. Uma pessoa alfabetizada pode saber ler uma determinada palavra, ou decodificá-la, mas não sabe o que quer dizer e nem para quê serve. Uma pessoa pode saber ler um texto inteiro, mas ao final pode não ter entendido nada daquilo que leu, isso é uma pessoa alfabetizada, mas não letrada. A pessoa letrada é aquela que sabe ler e escrever, ou decodificar as palavras e sabe o significado das mesmas, sabe usá-las e aplicá-las em contextos e situações diferenciadas.

Existem muitas pessoas que não sabem ler e escrever, mas sabem usar os conhecimentos que possuem para e em qualquer situação. Uma pessoa letrada não precisa ser necessariamente alfabetizada, no entanto, existem pessoas que são alfabetizadas, e não são consideradas letradas, pois não sabem usar os conhecimentos que possuem em situações e contextos do dia a dia.

Essas são as diferenças entre letramento e alfabetização. Alfabetização pode ser resumida numa mera decodificação de letras e palavras sem precisar ter

nenhum entendimento do que se lê e escreve, já o letramento não, ele exige que se saiba utilizar os seus conhecimentos em situações e contextos diferenciados.

O letramento, conforme ANDRADE nos mostra, em seu artigo intitulado *Linguística e história: oralidade e escrita no discurso Religioso medieval* (disponível na internet), envolve as mais diferentes práticas da escrita na sociedade, como por exemplo, o indivíduo que é analfabeto, mas é considerado letrado porque sabe identificar o valor do dinheiro, consegue fazer cálculos, distingue as mercadorias por meio das marcas, entretanto, não sabe ler o jornal nem escreve cartas. Porém, há aqueles que são alfabetizados e letrados, tem um conhecimento mais profundo da escrita e sabem escrever artigos científicos, ensaios literários ou tratados de filosofia.

A alfabetização na escola é o primeiro contato que a criança tem com o mundo da escrita. Exceto aquelas em que os pais já desde cedo procuram incentivar os seus filhos para o mundo da escrita, através da leitura de livros de histórias, embora de forma oralizada, lendo para elas, através também de demonstração das figuras dos livros que são lidos para elas, em que mesmo elas não sabendo ler, já fazem associações das figuras com a história lida e fazem a sua interpretação, momento em que algumas delas já se pode dizer que são letradas.

A escrita é usada em contextos sociais básicos de nosso cotidiano, juntamente com a oralidade, como na família, na escola, no trabalho, na vida burocrática etc. Em cada uma dessas situações, os objetivos do uso da escrita são variados e diversificados. Há muita relação da escrita e o seu contexto, fazendo com que tenha a existência de diversos tipos de gêneros textuais, com denominações e expressões próprias. Cabe a cada um saber qual tipo de texto utilizar em determinada situação.

E alguns desses tipos de textos foram abordados na tabela 2, que são: textos acadêmicos, artigos científicos, cartas comerciais, atas de reuniões, editoriais, jornal, contrato, relatórios, documentos oficiais, entre muitos outros que foram citados. No entanto, esses mesmos textos ainda são divididos em categorias, em gêneros, de acordo com a sua função e objetivos almejados. Esses gêneros serão abordados no último capítulo, no qual estaremos propondo o ensino da oralidade e da escrita através do uso de diversos gêneros textuais.

Retomando agora à tabela 1, onde mostramos as diferenças entre os textos orais e escritos. Os itens que foram citados são: *interação à distância, tanto no espaço, quanto no tempo*, em que os textos podem ser escritos e lidos em tempos e lugares totalmente diferentes, pois muitas vezes os textos escritos não têm urgência de se serem lidos e podem perpassarem anos e até séculos. É o caso dos textos literários que até hoje são usados como exemplos e modelos para estudo da língua.

Os textos escritos se baseiam na fala, ou seja, a escrita, como dissemos anteriormente, é a representação gráfica da fala. Devido a isso, podemos dizer que a escrita registra as falas de uma determinada época, servindo como um documento de registro da própria língua, tanto da escrita como da fala. Através da escrita podemos ver as mudanças que vão ocorrendo ao longo dos anos e as adaptações que foram feitas para que pudéssemos acompanhar as mudanças que ocorreram.

Dando continuidade às características que diferenciam a escrita da fala, temos também o *planejamento do que iremos escrever*. Na escrita é permitido que escrevamos e reescrevamos diversas vezes quisermos, ou seja, podemos escrever e reformular diversas vezes o que iremos escrever, até chegarmos ao resultado final. Ao contrário da fala, que o que dizemos não pode mais ser reformulado, a não ser que o ouvinte permita, mas a primeira impressão tida ao ser ouvida a primeira vez ficará. Mas isso não quer dizer que quem lê algo escrito não possa ser entendido, necessitando que ele seja reescrito ou justificado posteriormente, até que se atenda o objetivo pretendido.

Outra característica da escrita que pode ser vista como uma desvantagem é a não possibilidade de resposta imediata. Uma pessoa ao ler algo escrito pode demorar para dar uma resposta, ou nunca se obter essa resposta. Mas isso depende muito do tipo de texto que foi escrito, do público que o lê, do seu verdadeiro objetivo etc.

Neste caso, o escritor tem que ser preciso no que diz por que não conta com outros recursos para auxiliar na sua produção escrita e na interação com o seu leitor, como ocorre na fala, em que o falante pode ver, ouvir e acompanhar as reações de quem ouve e interage com o seu texto, sabendo se ela gostou ou não. Um exemplo de textos que podem ser reformulados são aqueles que se exigem uma resposta do leitor, como é o caso de uma revista que tem a seção *carta do leitor*, em que os leitores escrevem expressando suas opiniões sobre determinada matéria da

revista. Essas cartas são respostas que os escritores aguardam para uma possível correção ou continuação da produção de determinado texto.

Enfim, a língua escrita é considerada como um bem social indispensável, sendo considerada até mesmo como indício de status, poder, em que quem sabe dominar bem a escrita, e conseqüentemente a fala, pois quem sabe dominar a escrita provavelmente irá saber dominar a fala também. Quem não tem muito conhecimento da escrita também não terá na fala, ou seja, o não conhecimento sobre a escrita pode muitas vezes se refletir na fala. É o caso de pessoas não ou pouco escolarizadas que falam fora das normas, porque não tem o conhecimento dessas normas e conseqüentemente falam e escrevem da mesma forma, sofrendo o preconceito daqueles que são escolarizados, sabem fazer o uso correto da língua na escrita e na fala e se julgam melhores do que aqueles que não sabem. Esse preconceito, que é caracterizado preconceito linguístico, será retomado no quarto capítulo, onde serão relatados os problemas de aprendizagem da oralidade e da escrita pelos alunos nas escolas atuais.

Enfim, são inúmeras as diferenças entre os textos escritos e orais, no entanto, isso não quer dizer que tenham que ser opostos e não podem ser utilizados em conjunto. A seguir, algumas situações em que a escrita e oralidade podem ser utilizadas em conjunto.

2.4 IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA ORALIDADE E ESCRITA EM CONJUNTO

Oralidade e escrita são práticas e usos da língua com características próprias, mas não são consideradas opostas chegando ao ponto de caracterizar dois sistemas distintos. As duas formas permitem a construção de textos coesos e coerentes, permitem a elaboração de raciocínios e exposições formais e informais, variações estilísticas, sociais, dialetais e assim por diante. Elas possuem características específicas que determinam os vários aspectos que fazem parte da atividade discursiva, que determinam e mostram a verdadeira finalidade e objetivo do texto em questão, seja ele escrito ou falado.

Essas práticas são adquiridas em momentos diferentes da vida, a fala é adquirida naturalmente em contextos informais do dia-a-dia e a escrita, na maioria das vezes e quase sempre, em escolas, adquirindo seus contextos formais. A fala

tem seu prestígio e é também considerada um bem cultural desejável e uma forma de inserção cultural e socialização, pois a fala tem também suas qualidades e privilégios que a escrita não tem. Por sua vez, a escrita é a manifestação formal do letramento, do ser culto, inteligente e que lhe fornece muito mais possibilidades de inserção na sociedade, pois quem não é alfabetizado, ou melhor, letrado, não tem muitas opções e aceitação no mercado de trabalho. Infelizmente, somente para trabalhos mais pesados e braçais, que não exigem conhecimento intelectual, somente da força física.

Ao estudarmos a oralidade e a escrita em conjunto nos faz refletir sobre como usamos nossa língua. Não no sentido de levar em consideração somente o correto, mas de ver as várias formas de comunicações possíveis, até mesmo na informalidade, com o uso das variações linguísticas. Estudando a oralidade e a escrita em conjunto faz com que tenhamos facilidade em usarmos e produzirmos os mais diversos tipos e gêneros de textos existentes, em diferentes contextos e situações.

Trabalhar a nossa oralidade é importante porque quando sabemos nos expressar e usar a fala corretamente abrimos muitas possibilidades para o nosso desenvolvimento pessoal, escolar e profissional. Embora tenhamos que aprender as normas da Língua Portuguesa, que são estabelecidas pela escrita. Estudar a escrita é muito importante para o uso da fala, pois não falamos sem antes planejar e para planejar precisamos de algumas regras, o que nos relacionará à escrita.

Por esse motivo que não devemos estudar somente escrita, como vem sendo o ensino na escola. A escola, como já mencionado, ensina somente a escrita, pois acredita que somente a escrita é importante para o desenvolvimento da criança. Embora tenha alguns professores que tratam o estudo da oralidade nos trabalhos escolares denominados seminários, ou seja, fazem seus alunos apresentarem seus trabalhos na forma oral, mas na hora de avaliar, não avaliam a sua expressão oral, e sim, os conhecimentos que ele demonstra ter adquirido para apresentar o trabalho. E quando avaliam a oralidade são, na maioria, os professores de Língua Portuguesa, que vivem corrigindo seus alunos, forçando-os a falar conforme as suas normas.

Em relação ao ensino da oralidade e da escrita nas escolas, vamos agora conhecer quais são as propostas dos (Parâmetros Curriculares Nacionais) para que

as escolas e os professores abordem em seus processos pedagógicos e, posteriormente, qual a verdadeira realidade do ensino das mesmas, se são realizadas realmente e quais são as formas abordadas para o ensino da escrita e oralidade nas escolas. E com isso, relataremos também, logo em seguida, quais são os problemas encontrados pelos diretores, coordenadores, professores e alunos para o ensino/aprendizagem da escrita e oralidade.

3. PROPOSTAS DOS PCNs PARA O ENSINO DA ORALIDADE E DA ESCRITA NAS ESCOLAS

3.1 INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

Vimos até aqui o histórico, a importância e utilidades que a oralidade e a escrita têm para a sociedade. Vimos com isso que ambas estão presentes em tudo a nossa volta, nas mínimas atividades que realizamos ao longo do dia a dia. Entretanto, a aquisição da escrita e da oralidade não se dá por mero acaso, por mais que em algumas situações seja isso que pareça. A fala como vimos, aprendemos no dia-a-dia, ao contrário da escrita que necessita de um ensino mais específico e muitas vezes não pode ser feito por qualquer pessoa e nem de qualquer forma. Embora a escrita e a oralidade estejam correlacionadas, elas possuem diferenças na sua forma de obtenção e apresentação.

A escrita, logo após a sua criação passou a ser ensinada às pessoas, mas, primeiramente, somente os homens tinham acesso a esse tipo de aprendizado, ou seja, só o homem podia aprender a ler e escrever, pois isso indicava status e poder. A mulher não podia obter esse status e poder e só muito tempo depois conquistou o direito de poder usar a escrita, aprender a ler e escrever, o que resultou em muito na sua independência, pois, a partir da leitura, elas passaram a ter um conhecimento maior do mundo e dos seus direitos e, conseqüentemente, passaram a lutar por eles. Já a oralidade sempre foi ensinada pelos povos antigos, em que se ensinavam os bons modos de comunicação, como foi dito anteriormente, com a disciplina Oratória. Ainda hoje existe o ensino da oralidade nas escolas, mas de uma forma meio que subtendida, ou seja, não existe um estudo característico sobre a oralidade, sobre a melhor forma de falar, seja em público ou não.

A oralidade é ensinada, ou melhor, avaliada a partir da fala da pessoa com base na escrita, com base na norma padrão estabelecida pela escrita. Melhor explicando, a oralidade é ensinada nas escolas pelos professores a partir de leituras orais, onde o aluno tem que saber ler corretamente, conforme está escrito no texto e, quando erram, são imediatamente corrigidos; são ensinados a partir de seminários, em que o aluno apresenta um determinado conteúdo na forma oral e o professor não

só avalia esse conteúdo, mas a forma como o aluno fala, e para isso, se baseia na norma padrão da Língua Portuguesa que é estabelecida para a escrita, entre muitas outras formas de avaliações. O que se pode concluir disso tudo é que falar bem e corretamente é falar como se escreve, é saber usar a norma padrão de maneira adequada e correta. E com isso, quem fala bem, sabe escrever bem e passa a ser considerada como uma pessoa culta e inteligente.

Felizmente, de uns tempos pra cá, essa realidade está mudando, a oralidade é vista de outra forma e passa a ter sua importância, sendo estabelecida como uma modalidade de ensino nas escolas, ao lado da escrita. O estudo da oralidade agora passa ser um dos conteúdos que são praticamente obrigatórios no ensino escolar.

Para o ensino nas escolas, existem alguns conteúdos com alguma sequência lógica, que devem ser ensinados em séries variadas e ordenadas, não só em Língua Portuguesa, mas em todas as outras disciplinas. O ensino não pode ser feito ao acaso, em que são selecionados a dedo os conteúdos a serem abordados. Existe uma norma, uma sequência a ser seguida, uma vez que o conhecimento de alguns conteúdos depende de outros para que eles possam ser efetivados e seguidos em frente. Para isso, são criados documentos oficiais indicando quais são esses conteúdos e a sequência em que devem ser ensinadas nas escolas.

De acordo com SILVA (2010), com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB 9.394/96, o Ministério da Educação e Desporto decidiu elaborar uma série de documentos com orientações sobre a prática pedagógica, levando-se em consideração a grandeza do território nacional, as diferenças de formação dos professores e suas dificuldades de acesso aos conteúdos pedagógicos atualizados. Surgem, assim, os PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, de acordo com a autora Sônia Cristina Pavanelli Daros (2006), em sua tese de doutorado intitulada *Oralidade: uma perspectiva de ensino*, têm por objetivo propor uma reorientação curricular. Eles foram elaborados pelo Governo Federal, através de uma comissão de especialistas e publicado oficialmente em 1998. São constituídos por vários volumes, sendo o primeiro uma parte introdutória para apresentação dos PCNs e os outros volumes apresentam as propostas de ensino para cada área, ou seja, para cada disciplinas, disciplinas estas que estão divididas em áreas e que muitas vezes são estudadas e abordadas em conjuntos pelos professores aos alunos, como a área de Linguagens,

que envolve a Língua Portuguesa, Inglesa, Arte e Educação Física, assim como a área de Ciência Humanas, entre outras áreas, envolvendo outras disciplinas.

No entanto, nosso foco não é abordar quais são essas áreas de conhecimentos propostos pelos , e sim, como são propostos os ensinamentos da oralidade e da escrita nas escolas. Portanto, para isso, faremos uma análise dos PCNs de Língua Portuguesa, do qual é abordado o ensino das mesmas nas escolas. Usaremos para análise somente os da modalidade do Ensino Fundamental, já que é o período em que o aluno tem seu primeiro contato com a escrita e a oralidade mais formal e ser esse o momento em que o quê o aluno aprende ali será levado para as séries seguintes e finais, ou seja, quando ele chegar lá no ensino Médio, já terá adquirido a sua bagagem de conhecimento em relação a elas, não sendo o Ensino Médio o momento de aprendizagem, e sim, somente de treinamento para o que ele já aprendeu nos anos iniciais da escola.

Em relação sobre a importância da criação dos PCNs, utilizamos as próprias palavras dele, que foram ditas por *Paulo Renato Souza*, Ministro da Educação e do Desporto da época em que foi publicado os PCNs, em 1998. Ele afirma que

[...] os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. Com isso, pretende-se criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania.

Os documentos apresentados são o resultado de um longo trabalho que contou com a participação de muitos educadores brasileiros e têm a marca de suas experiências e de seus estudos, permitindo assim que fossem produzidos no contexto das discussões pedagógicas atuais. Inicialmente foram elaborados documentos, em versões preliminares, para serem analisados e debatidos por professores que atuam em diferentes graus de ensino, por especialistas da educação e de outras áreas, além de instituições governamentais e não-governamentais. As críticas e sugestões apresentadas contribuíram para a elaboração da atual versão, que deverá ser revista periodicamente, com base no acompanhamento e na avaliação de sua implementação. [...] (BRASIL, 1998, p. 06).

Estas palavras foram direcionadas aos professores, para que eles saibam qual o verdadeiro papel da criação dos PCNs, e conclui dizendo o que se espera do mesmo:

[...] Esperamos que os Parâmetros sirvam de apoio às discussões e ao desenvolvimento do projeto educativo de sua escola, à reflexão sobre a prática pedagógica, ao planejamento de suas aulas, à análise e seleção de materiais didáticos e de recursos tecnológicos e, em especial, que possam contribuir para sua formação e atualização profissional. (BRASIL, 1998, p. 06).

Em continuidade a análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em relação ao ensino da língua falada e escrita nas escolas, podemos encontrar já logo no início do PCN de Língua Portuguesa, em sua introdução, uma fala sobre as mudanças que vieram ocorrendo ao longo da sociedade em relação ao uso da linguagem e as necessidades de novas propostas de ensino. Fala-se também sobre os conceitos de linguagem, a qual é considerada *“como atividade discursiva e cognitiva”* e também sobre a língua, tida como um *“sistema simbólico utilizado por uma comunidade lingüística.”* (BRASIL, 1998, p.19). Reafirma que pela linguagem *“os homens e as mulheres se comunicam, têm acesso à informação, expressam e defendem pontos de vista, partilham ou constroem visões de mundo, produzem cultura.”* (BRASIL, 1998, p.19)

Aborda em seguida, o conceito de letramento, afirmando ser ele fundamental para a compreensão da importância das práticas sócio comunicativas realizadas pelos homens. Como mostramos anteriormente, o letramento envolve o saber utilizar corretamente a língua, na forma escrita ou oral, em situações do dia-a-dia, seja ela mais formal ou não. O que muda o conceito sobre o que venha a ser uma pessoa letrada e alfabetizada, sendo que uma pessoa alfabetizada pode saber utilizar a língua escrita e falada, mas não ter conhecimento algum do que esteja lendo, escrevendo ou falando; já a letrada pode ter conhecimento disso tudo e não saber decodificar uma mínima palavra sequer. É dito e lembrado isso, pois devemos saber e reconhecer que os novos conceitos de linguagem têm causado impactos nas propostas educacionais e os professores precisam ter bem claro em sua mente o que é qual o papel da linguagem ao ensiná-las aos seus alunos.

Então, a partir desses novos conceitos adquiridos pela sociedade, os PCNs reconhecem a importância de se ensinar as duas modalidades de ensino da língua. Vejamos a partir de agora, quais são as propostas de ensino para cada uma delas feita pelos PCNs.

3.2 O ENSINO DA ESCRITA PROPOSTOS PELOS PCN

Ao nos relacionarmos ao ensino da escrita nas escolas temos muito que falar, mas ao mesmo tempo nada, uma vez que se tem a concepção de que as pessoas entram na escola para aprenderem a ler e escrever, já que falar é uma coisa que já se sabe e é praticada desde os anos iniciais na escola. Realmente não

se pode negar o compromisso e a importância que a escola tem no ensino da escrita, pois a escrita não é fácil de ser ensinada e nem sempre é feita com a mesma eficiência e qualidade por uma pessoa que não seja qualificada do que por uma que seja. Portanto, a escola é importante para a aquisição e aprendizagem da escrita. É por esse viés que os PCNs propõem como se deve ensinar a escrita nas escolas.

Vale ressaltar aqui que ensinar a escrita na maioria, ou quando senão em todas as escolas, é basear-se sempre na norma padrão, ou seja, na escrita não são aceitas as variedades linguísticas e tudo o que foge da norma padrão é visto como erro. Com base nisso, tem-se a concepção de que a escola deve ensinar somente a gramática, apontar e corrigir os erros encontrados em atividades, exercícios e produções de textos, sendo esta a única atividade proposta pelas escolas na visão de muitas pessoas. Felizmente, muitos estudiosos perceberam a grande diversidade e variedade da Língua Portuguesa, assim como suas diversas possibilidades de usos e através destas percepções foram se propondo novas teorias e métodos de ensino para se aprenderem a usar a Língua Portuguesa diante dessas variedades. Os próprios PCNs abordam algumas críticas em relação ao ensino somente da gramática, da norma padrão. Como mostra os PCNs, entre as críticas mais frequentes que se faziam ao ensino tradicional, destacavam-se:

- a desconsideração da realidade e dos interesses dos alunos;
- a excessiva escolarização das atividades de leitura e de produção de texto;
- o uso do texto como expediente para ensinar valores morais e como pretexto para o tratamento de aspectos gramaticais;
- a excessiva valorização da gramática normativa e a insistência nas regras de exceção, com o conseqüente preconceito contra as formas de oralidade e as variedades não-padrão;
- o ensino descontextualizado da metalinguagem, normalmente associado a exercícios mecânicos de identificação de fragmentos linguísticos em frases soltas;
- a apresentação de uma teoria gramatical inconsistente
- uma espécie de gramática tradicional mitigada e facilitada. (BRASIL, 1998, p. 18)

Em resumo, as atividades de leitura e produção dos textos com base puramente na gramática, sem levar em consideração a realidade e o interesse dos alunos estão sendo criticadas e abolidas pelas novas propostas de ensino. Não se consideram mais o ensino da gramática da norma padrão como a única atividade da escola. Aquela ideia de que se deve ensinar a escrita a partir de palavras e frases soltas, apontando-se os erros e corrigindo-os, exigindo que se deva ser feito sempre

desta forma, com o ensino de regras gramaticais que devem ser memorizadas e postas em práticas em todo e qualquer tipo de produção textual, seja ela escrita ou falada, não é mais exigida pela escola, pelo menos é o que aponta os PCNs e que as escolas devem seguir, já que se trata de um documento oficial, que aponta o que e como as escolas devem ensinar, sendo também um padrão de ensino que deve ser ensinado em todo o território nacional, uma vez que os PCNs padronizam o ensino e não permitem que as escolas de um determinado lugar ensinem de forma diferente daquelas de outra região. Ou seja, os PCNs padronizam o ensino, propondo-se os mesmos conteúdos e objetivos de ensino para determinada faixa etária e série e/ou ciclo para todo o Brasil, não havendo diferenças nas propostas de ensino de uma escola para outra.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, a escola deve possibilitar ao aluno o conhecimento dos diversos tipos e usos de linguagem, adquirindo várias habilidades linguísticas, sabendo fazer uso dos diversos tipos de textos existentes, sabendo usá-los nas mais variadas situações e contextos. Vejamos o que diz os PCNs:

Pode-se dizer que hoje é praticamente consensual que as práticas devem partir do uso possível aos alunos para permitir a conquista de novas habilidades linguísticas, particularmente daquelas associadas aos padrões da escrita, sempre considerando que:

- a razão de ser das propostas de leitura e escuta é a compreensão ativa e não a decodificação e o silêncio;
- a razão de ser das propostas de uso da fala e da escrita é a interlocução efetiva, e não a produção de textos para serem objetos de correção;
- as situações didáticas têm como objetivo levar os alunos a pensar sobre a linguagem para poder compreendê-la e utilizá-la apropriadamente às situações e aos propósitos definidos. (BRASIL, 1998, p. 18-19).

E para isso, conforme o PCN (1998),

propõe-se que seja feita a seleção de textos, privilegiando os gêneros que aparecem com maior frequência na realidade social e no universo escolar, tais como notícias, editoriais, cartas argumentativas, artigos de divulgação científica, verbetes enciclopédicos, contos, romances, entre outros. (BRASIL, 1998, p. 26).

Ou seja, a escola deve abordar os tipos de textos que mais são usados no dia-a-dia das pessoas, fazendo com que elas entendam quais as verdadeiras funções e especificidades destes textos, sabendo usá-los e produzi-los com eficiência. Entretanto, devemos deixar claro aqui, que esses tipos de textos não são os únicos existentes e nem devem ser os únicos a serem apresentados. Existem muitos outros tipos de textos e gêneros, que não muito utilizados no dia-a-dia, mas que são muito importantes serem conhecidos e abordados. Quanto mais

conhecimento linguístico uma pessoa tiver, ou seja, quanto mais gêneros textuais a pessoa tiver conhecimento, mais facilidade ela terá em utilizar a Língua Portuguesa, mas isso não quer dizer que ela tenha que saber e utilizar somente a norma padrão, a gramática. Deve-se saber e conhecer também as variedades linguísticas, variedades estas que serão abordadas mais adiantes.

Em continuidade ao ensino da escrita proposto pelos PCN, os mesmos consideram o ensino e a aprendizagem de Língua Portuguesa a partir da articulação de três variáveis : *o aluno, os conhecimentos com os quais se opera nas práticas de linguagem e a mediação do professor*. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais:

o primeiro elemento dessa tríade - o aluno - é o sujeito da ação de aprender, aquele que age com e sobre o objeto de conhecimento. O segundo elemento - o objeto de conhecimento - são os conhecimentos discursivo-textuais e linguísticos implicados nas práticas sociais de linguagem. O terceiro elemento da tríade é a prática educacional do professor e da escola que organiza a mediação entre sujeito e objeto do conhecimento. (BRASIL, 1998, p. 22).

Em suma, o professor deve ser o intermediador do conhecimento do aluno, pois o professor não pode ser visto como o único possuidor de conhecimento, o aluno também possui sua bagagem de conhecimento linguístico e cultural e o professor é apenas um intermediador para que o aluno reconheça e saiba utilizar os conhecimentos adquiridos ao longo da vida. O professor deve mostrar os caminhos que o aluno deve seguir, é claro que atentando para que o aluno siga o caminho correto. Portanto, ao professor cabe

planejar, implementar e dirigir as atividades didáticas, com o objetivo de desencadear, apoiar e orientar o esforço de ação e reflexão do aluno, procurando garantir aprendizagem efetiva. Cabe também assumir o papel de informante e de interlocutor privilegiado, que tematiza aspectos prioritários em função das necessidades dos alunos e de suas possibilidades de aprendizagem. (BRASIL, 1998, p. 22).

Para isso, o professor deve organizar situações de aprendizado. Nessa perspectiva, supõe-se que o professor deve:

planejar situações de interação nas quais esses conhecimentos sejam construídos e/ou tematizados; organizar atividades que procurem recriar na sala de aula situações enunciativas de outros espaços que não o escolar, considerando-se sua especificidade e a inevitável transposição didática que o conteúdo sofrerá; saber que a escola é um espaço de interação social onde práticas sociais de linguagem acontecem e se circunstanciam, assumindo características bastante específicas em função de sua finalidade: o ensino. (BRASIL, 1998, p. 22).

Enfim, os professores são os intermediadores do conhecimento do aluno, no entanto, são responsáveis pelo aprendizado do mesmo, pois o professor deve ser e estar preparado para ensinar, deve saber o quê e como ensinar. Deve conhecer a

realidade do seu aluno, o conhecimento que ele possui e saber identificar as dificuldades de aprendizagem do aluno, procurando sempre um jeito de saná-las, sendo somente com a sua ajuda ou com a de outros profissionais qualificados na área. Podemos confirmar essa intermediação do professor com as palavras dos PCNs:

Ao organizar o ensino, é fundamental que o professor tenha instrumentos para descrever a competência discursiva de seus alunos, no que diz respeito à escuta, leitura e produção de textos, de tal forma que não planeje o trabalho em função de um aluno ideal para o ciclo, muitas vezes padronizado pelos manuais didáticos, sob pena de ensinar o que os alunos já sabem ou apresentar situações muito aquém de suas possibilidades e, dessa forma, não contribuir para o avanço necessário. Nessa perspectiva, pode-se dizer que a boa situação de aprendizagem é aquela que apresenta conteúdos novos ou possibilidades de aprofundamento de conteúdos já tematizados, estando ancorada em conteúdos já constituídos. Organizá-la requer que o professor tenha clareza das finalidades colocadas para o ensino e dos conhecimentos que precisam ser construídos para alcançá-las. (BRASIL, 1998, p. 48)

Quando dizemos que o aluno já entra na escola falando, que por este motivo a escola deve ensinar a escrita, devemos ressaltar que, segundo os PCNs (1998), para boa parte das crianças e dos jovens, e até mesmo dos adultos, a escola é o único espaço que pode proporcionar acesso a textos escritos, ou pelo menos vão perceber a importância e a influência que a escrita tem em sua vida:

As atividades escolares oferecerem uma rica convivência com a diversidade de textos que caracterizam as práticas sociais. É mínima a possibilidade de que o aluno venha a compreender as especificidades que a modalidade escrita assume nos diversos gêneros, a partir de textos banalizados, que falseiem sua complexidade. (BRASIL, 1998, p. 25-26).

No entanto, a escola não pode ter a concepção de que a inclusão da diversidade textual tem que estar vinculada a uma atividade de tratamento didático, usada somente para ensinar a gramática, ortografia, como modelos do uso correto da norma padrão, como é o caso dos textos literários, em especial os mais antigos. Muitas pessoas acreditam que os livros literários são ótimos exemplos da norma padrão correta da Língua Portuguesa, baseiam-se em seu texto para ensinar a escrita, mas esquecem que muitos destes textos são muitos antigos e não acompanham as novas regras, uma vez que a língua está sempre em mudança, nunca permanece a mesma desde o seu início. Para os PCNs, a

heterogeneidade textual não pode ficar refém de uma prática estrangulada na homogeneidade de tratamento didático, que submete a um mesmo roteiro cristalizado de abordagem uma notícia, um artigo de divulgação científica e um poema. A diversidade não deve contemplar apenas a seleção dos textos; deve contemplar, também, a diversidade que acompanha a recepção a que os diversos textos são submetidos nas práticas sociais de leitura. O tratamento didático, portanto, precisa orientar-

se de maneira heterogênea: a leitura de um artigo de divulgação científica, pressupõe, para muitos leitores, em função de sua finalidade, a realização de anotações à margem, a elaboração de esquemas e de sínteses, práticas ausentes, de modo geral, na leitura de uma notícia ou de um conto. (BRASIL, 1998, p. 26).

Aquela idéia que a maioria das escolas e professores possuem da gramática, de que ela deve ser ensinada ao aluno com o intuito de ir bem na prova e passar de ano, em que seu ensino ocorre por meio de exemplificação, exercícios de reconhecimento e memorização de terminologia, já não é mais a mesma. Hoje, a preocupação é outra, conforme nos mostra os PCNs (1998), de acordo com o que ele espera que seja, pois nem sempre é feito dessa forma, mesmo que sendo praticamente declarado pelo mesmo para que se sigam esses moldes, que usem essa forma de ensino e concepção. Com isso, chega-se a discutir se há ou não a necessidade de ensinar gramática, em que o próprio PCN afirma

Mas essa é uma falsa questão: a questão verdadeira é o que, para que e como ensiná-la. Deve-se ter claro, na seleção dos conteúdos de análise linguística, que a referência Assim, não se justifica tratar o ensino gramatical desarticulado das práticas de linguagem. É o caso, por exemplo, da gramática que, ensinada de forma descontextualizada, tornou-se emblemática de um conteúdo estritamente escolar, do tipo que só serve para ir bem na prova e passar de ano . [...] Em função disso, discute-se se há ou não necessidade de ensinar gramática. Mas essa é uma falsa questão: a questão verdadeira é o que, para que e como ensiná-la. Deve-se ter claro, na seleção dos conteúdos de análise linguística, que a referência não pode ser a gramática tradicional. A preocupação não é reconstruir com os alunos o quadro descritivo constante dos manuais de gramática escolar (por exemplo, o estudo ordenado das classes de palavras com suas múltiplas subdivisões, a construção de paradigmas morfológicos, como as conjugações verbais estudadas de um fôlego em todas as suas formas temporais e modais, ou de pontos de gramática, como todas as regras de concordância, com suas exceções reconhecidas. (BRASIL, 1998, p. 28-29).

Como podemos perceber, a maior preocupação para o ensino da escrita propostos pelos PCNs não é aquele em que se usam os manuais da gramática, estudando as classes de palavras e suas outras inúmeras subdivisões, por exemplo, e sim, aquele ensino em que se atendam as necessidades do aluno, *“aos aspectos que precisam ser tematizados em função das necessidades apresentadas pelos alunos nas atividades de produção, leitura e escuta de textos.”* (BRASIL, 1998, p. 29)

Como o verdadeiro objetivo de ensino da escrita, que não é a memorização dos termos e normas da gramática, podemos utilizar a própria definição e conclusão dada pelos PCNs, na qual ele afirma que no ensino aos alunos,

a atividade mais importante, pois, é a de criar situações em que os alunos possam operar sobre a própria linguagem, construindo pouco a pouco, no

curso dos vários anos de escolaridade, paradigmas próprios da fala de sua comunidade, colocando atenção sobre similaridades, regularidades e diferenças de formas e de usos linguísticos, levantando hipóteses sobre as condições contextuais e estruturais em que se dão. É, a partir do que os alunos conseguem intuir nesse trabalho epilinguístico, tanto sobre os textos que produzem como sobre os textos que escutam ou leem, que poderão falar e discutir sobre a linguagem, registrando e organizando essas intuições: uma atividade metalinguística, que envolve a descrição dos aspectos observados por meio da categorização e tratamento sistemático dos diferentes conhecimentos construídos. (BRASIL, 1998, p. 28).

Como temos mais claro em nossa mente sobre o que os PCNs esperam e propõem para o ensino da escrita nas escolas, podemos finalizar as propostas do mesmo para o ensino da escrita abordando os principais objetivos traçados para que se tenha sucesso na aprendizagem da escrita, vejamos:

No processo de produção de textos escritos, espera-se que o aluno:

- redija diferentes tipos de textos, estruturando-os de maneira a garantir:
 - a relevância das partes e dos tópicos em relação ao tema e propósitos do texto;
 - a continuidade temática;
 - a explicitação de informações contextuais ou de premissas indispensáveis à interpretação;
 - a explicitação de relações entre expressões mediante recursos linguísticos apropriados (retomadas, anáforas, conectivos), que possibilitem a recuperação da referência por parte do destinatário;
- realize escolhas de elementos lexicais, sintáticos, figurativos e ilustrativos, ajustando-as às circunstâncias, formalidade e propósitos da interação;
- utilize com propriedade e desenvoltura os padrões da escrita em função das exigências do gênero e das condições de produção;
- analise e revise o próprio texto em função dos objetivos estabelecidos, da intenção comunicativa e do leitor a que se destina, redigindo tantas quantas forem as versões necessárias para considerar o texto produzido bem escrito. (BRASIL, 1998, p. 51-52).

E ainda, logo mais adiante, com detalhes mais específicos dos conteúdos propostos para o ensino da escrita, que são:

- redação de textos considerando suas condições de produção:
 - finalidade;
 - especificidade do gênero;
 - lugares preferenciais de circulação;
 - interlocutor eleito;
- utilização de procedimentos diferenciados para a elaboração do texto:
 - estabelecimento de tema;
 - levantamento de idéias e dados;
 - planejamento;
 - rascunho;
 - revisão (com intervenção do professor);
 - versão final;
- utilização de mecanismos discursivos e linguísticos de coerência e coesão textuais, conforme o gênero e os propósitos do texto, desenvolvendo diferentes critérios:
 - de manutenção da continuidade do tema e ordenação de suas partes;
 - de seleção apropriada do léxico em função do eixo temático;
 - de manutenção do paralelismo sintático e/ou semântico;

- de suficiência (economia) e relevância dos tópicos e informações em relação ao tema e ao ponto de vista assumido;
- de avaliação da orientação e força dos argumentos;
- de propriedade dos recursos linguísticos (repetição, retomadas, anáforas, conectivos) na expressão da relação entre constituintes do texto;
- utilização de marcas de segmentação em função do projeto textual:
 - título e subtítulo;
 - paragrafação;
 - periodização;
 - pontuação (ponto, vírgula, ponto-e-vírgula, dois-pontos, ponto-de-exclamação, ponto-de-interrogação, reticências);
 - outros sinais gráficos (aspas, travessão, parênteses); [...]
- utilização dos padrões da escrita em função do projeto textual e das condições de produção. (BRASIL, 1998, p. 59).

Esses são alguns dos princípios básicos para o ensino da escrita, objetivando-se que o aluno saiba produzir diferentes tipos de textos utilizando os mais variados tipos de recursos e linguagens. No entanto, uma questão que merece ser deixada bem clara aqui é que os PCNs não abolem o ensino da gramática, das regras da norma padrão, ao contrário. Esses termos devem ser ensinados sim, pois fazem parte do processo de falar e escrever bem, entretanto, o que se propõe é que o ensino não fique preso somente a esses termos, como se o ensino da escrita fosse somente o ensino de regras e normas a serem memorizadas. Uma vez que não temos como aprender a escrita sem termos ao menos um conhecimento básico de algumas regras e normas, pois não podemos criar nossas próprias regras e nem sair escrevendo ou falando ao acaso, pois correríamos o risco de ninguém nos entender e não conseguirmos nos comunicar.

Enfim, terminam-se aqui algumas das considerações sobre o ensino da escrita, e o que aqui foi mostrado são apenas algumas das propostas feitas pelos PCNs, que infelizmente não dá para abordar tudo, mas tudo o que aqui foi mostrado são os requisitos básicos e ao mesmo tempo essenciais para o ensino da escrita nas escolas. Partiremos agora para as considerações sobre as propostas dos PCN para o ensino da oralidade nas escolas.

3.3 ENSINO DA ORALIDADE PROPOSTOS PELOS PCNS

Embora tenhamos dito ao decorrer do texto que a escola tem a (falsa) concepção de que se a criança entra na escola já sabendo falar, o que ela realmente deve ensinar é a escrita, não é esse o objetivo e conteúdo proposto pelos PCNs. De fato, isso ocorre com quase todas as crianças, exceto aquelas que possuem algum distúrbio ou dificuldade na fala, em que a escola acredita ter somente o papel de

ensinar a escrita, não ensinando a fala e utilizando-a somente para a transmissão de conteúdo. Vejamos o que os PCNs dizem a respeito:

Ao ingressarem na escola, os alunos já dispõem de competência discursiva e linguística para comunicar-se em interações que envolvem relações sociais de seu dia-a-dia, inclusive as que se estabelecem em sua vida escolar. Acreditando que a aprendizagem da língua oral, por se dar no espaço doméstico, não é tarefa da escola, as situações de ensino vêm utilizando a modalidade oral da linguagem unicamente como instrumento para permitir o tratamento dos diversos conteúdos. Uma rica interação dialogal na sala de aula, dos alunos entre si e entre o professor e os alunos, é uma excelente estratégia de construção do conhecimento, pois permite a troca de informações, o confronto de opiniões, a negociação dos sentidos, a avaliação dos processos pedagógicos em que estão envolvidos. (BRASIL, 1998, p. 26).

Como podemos perceber, por mais que a escola utilize a fala para expressar e repassar conteúdo e conhecimento, esse tipo de atividade tem também a sua importância, pois é através dela que nos permite a troca de conhecimentos, de informações, que podemos avaliar os conhecimentos prévios que os alunos possuem e, a partir deles, traçar os objetivos pedagógicos adequados. No entanto, muitas destas atividades são feitas somente a partir da escrita, na qual os professores avaliam somente pela escrita os conhecimentos dos alunos e também repassam os seus através das correções dos possíveis “erros” dos alunos. Em outras palavras, os professores não avaliam os alunos pela fala, somente pela escrita, e quando avaliam é para fazer correções, dizendo como é o correto para falar e, para isso, suas correções baseiam-se na norma padrão, que por sua vez, mais uma vez se remete a escrita. Muitos professores querem que seus alunos falem exatamente da mesma forma que escrevem, ou melhor, falem conforme as regras padrões da escrita.

Mas, se o que se busca é que o aluno seja um usuário competente da linguagem no exercício da cidadania, como determina os PCNs (1998), não se pode continuar crendo que isso ocorrerá somente através da escrita. É preciso trabalhar também com os alunos a fala, a oralidade dentro e fora das salas de aulas. Não é somente através da escrita que uma pessoa vai adentrar no mundo social e profissional,

são nas inúmeras situações sociais do exercício da cidadania que se colocam fora dos muros da escola - a busca de serviços, as tarefas profissionais, os encontros institucionalizados, a defesa de seus direitos e opiniões - os alunos serão avaliados (em outros termos, aceitos ou discriminados) à medida que forem capazes de responder a diferentes exigências de fala e de adequação às características próprias de diferentes gêneros do oral. (BRASIL, 1998, p. 25).

Por esse motivo, cabe à escola ensinar aos seus alunos a usar a linguagem oral no planejamento e realização de apresentações públicas, como realização de entrevistas, debates, seminários, apresentações teatrais etc., propondo situações didáticas nas quais realmente façam sentido, pois muitas vezes a escola até trabalha a oralidade, mas através de apresentações de trabalhos e seminários e de uma forma muito específica, sem focar em situações diferenciadas, em que o aluno saiba utilizar a oralidade em toda e qualquer situação comunicacional. A escola deve trabalhar todo o tipo de situações em que se trabalha com a oralidade, abordando diversos tipos de textos em diversas situações comunicacionais.

Para os PCNs, ensinar a língua oral

[...] deve significar para a escola possibilitar acesso a usos da linguagem mais formalizados e convencionais, que exijam controle mais consciente e voluntário da enunciação, tendo em vista a importância que o domínio da palavra pública tem no exercício da cidadania. [...] não significa trabalhar a capacidade de falar em geral. Significa desenvolver o domínio dos gêneros que apoiam a aprendizagem escolar de Língua Portuguesa e de outras áreas (exposição, relatório de experiência, entrevista, debate etc.) e, também, os gêneros da vida pública no sentido mais amplo do termo (debate, teatro, palestra, entrevista etc.). (BRASIL, 1998, p. 67-68).

E conclui afirmando que os alunos têm menos acesso a esses gêneros e tipos de textos nos usos espontâneos da linguagem oral e que, por isso, é fundamental a escola desenvolver uma série de atividades de escuta orientada, que possibilitem a eles construir, de forma progressiva, modelos apropriados ao uso do oral em diversas circunstâncias.

Entretanto, os PCNs não propõem o estudo da oralidade somente através de prática de escuta, propõe-se também a leitura de textos e a prática de produção de textos orais. Ao se trabalhar com os conteúdos nas diferentes práticas, conforme aborda os PCNs (BRASIL, 1998), a escola deve organizar um conjunto de atividades que possibilitem ao aluno desenvolver o domínio da expressão oral e também da escrita em situações de uso público da linguagem, levando em conta o(s) destinatário(s), destinatário(s) e seu lugar social, finalidade ou intenção do autor, tempo e lugar material da produção e do suporte e selecionar, a partir disso, os gêneros adequados para a produção do texto, operando sobre as dimensões pragmática, semântica e gramatical.

Para isso, os PCNs propõem três tipos de estratégias para se abordar a oralidade na escola: *escuta de textos orais, leitura de textos escritos e produção de*

textos orais; e nestas estratégias estão relacionadas os objetivos pretendidos para cada uma delas. Para o processo de escuta de textos orais, espera-se que o aluno:

- amplie, progressivamente, o conjunto de conhecimentos discursivos, semânticos e gramaticais envolvidos na construção dos sentidos do texto;
- reconheça a contribuição complementar dos elementos não verbais (gestos, expressões faciais, postura corporal);
- utilize a linguagem escrita, quando for necessário, como apoio para registro, documentação e análise;
- amplie a capacidade de reconhecer as intenções do enunciador, sendo capaz de aderir a ou recusar as posições ideológicas sustentadas em seu discurso. (BRASIL, 1998, p.49)

Na atividade relacionada ao processo de leitura de textos escritos, espera-se que o aluno:

- saiba selecionar textos segundo seu interesse e necessidade;
- leia, de maneira autônoma, textos de gêneros e temas com os quais tenha construído familiaridade:
 - selecionando procedimentos de leitura adequados a diferentes objetivos e interesses, e a características do gênero e suporte;
 - desenvolvendo sua capacidade de construir um conjunto de expectativas (pressuposições antecipadoras dos sentidos, da forma e da função do texto), apoiando-se em seus conhecimentos prévios sobre gênero, suporte e universo temático, bem como sobre saliências textuais - recursos gráficos, imagens, dados da própria obra (índice, prefácio etc.);
 - confirmando antecipações e inferências realizadas antes e durante a leitura;
 - articulando o maior número possível de índices textuais e contextuais na construção do sentido do texto, de modo a:
 - a) utilizar inferências pragmáticas para dar sentido a expressões que não pertençam a seu repertório lingüístico ou estejam empregadas de forma não usual em sua linguagem;
 - b) extrair informações não explicitadas, apoiando-se em deduções;
 - c) estabelecer a progressão temática;
 - d) integrar e sintetizar informações, expressando-as em linguagem própria, oralmente ou por escrito;
 - e) interpretar recursos figurativos tais como: metáforas, metonímias, eufemismos, hipérboles etc.;
 - delimitando um problema levantado durante a leitura e localizando as fontes de informação pertinentes para resolvê-lo;
- seja receptivo a textos que rompam com seu universo de expectativas, por meio de leituras desafiadoras para sua condição atual, apoiando-se em marcas formais do próprio texto ou em orientações oferecidas pelo professor;
- troque impressões com outros leitores a respeito dos textos lidos, posicionando-se diante da crítica, tanto a partir do próprio texto como de sua prática enquanto leitor;
- compreenda a leitura em suas diferentes dimensões . o dever de ler, a necessidade de ler e o prazer de ler;
- seja capaz de aderir ou recusar as posições ideológicas que reconheça nos textos que lê. (BRASIL, 1998, p.50-51).

E por último, durante o processo de produção de textos orais, espera-se que o aluno:

- planeje a fala pública usando a linguagem escrita em função das exigências da situação e dos objetivos estabelecidos;
- considere os papéis assumidos pelos participantes, ajustando o texto à variedade lingüística adequada;
- saiba utilizar e valorizar o repertório lingüístico de sua comunidade na produção de textos;
- monitore seu desempenho oral, levando em conta a intenção comunicativa e a reação dos interlocutores e reformulando o planejamento prévio, quando necessário;
- considere possíveis efeitos de sentido produzidos pela utilização de elementos não-verbais. (BRASIL, 1998, p. 51).

Esses são os objetivos pretendidos pelos PCNs para o ensino da oralidade nas escolas. Para esses objetivos, os PCNs também abordam os tipos de conteúdos e como devem ser trabalhados nas escolas pelos professores. Não foram abordados aqui esses conteúdos e metodologias de ensinamentos, pois não são esses os objetivos pretendidos para esse trabalho, e sim, saber se os Parâmetros Curriculares Nacionais priorizavam somente o ensino da escrita, o que não foi o caso, pois podemos confirmar que a oralidade está presente e é praticamente uma obrigação da escola abordar o ensino da oralidade.

Mas sabemos também que, enquanto no papel, enquanto os objetivos, as metodologias e conteúdos são criados teoricamente, na prática já não são ou não se têm os mesmos resultados sobre o que se esperam dos objetivos propostos pelos PCNs. A sua idealização é bem diferente do que verdadeiramente acontece na realidade. Infelizmente, parece que os PCNs são apenas um arranjo emaranhado de papel descrevendo aquilo que precisava ser criado apenas para se dizer que existe, apenas para se dizer que alguém pensou nestas propostas, fez o projeto e, infelizmente, no primeiro obstáculo encontrado foi posto de lado.

Isso ocorre porque por mais que escolas e professores se esforcem, não dá para se aplicar essas propostas, pelo menos não tão à risca como estão sendo abordados nos PCNs. Mas, os PCNs não foram criados para serem seguidos como únicos modelos para se abordarem os conteúdos e metodologias de ensino na educação, ou seja, não foi criado para que tudo seja feito da mesma forma como está descrito lá, mas para que ele servisse como um molde, um ponto de partida de onde começar, de onde continuar a partir de uma determinada série, determinando qual a sequência de conteúdos apropriada para serem abordadas entre as diferentes fases, séries e ciclos.

Muitos dos livros didáticos são feitos a partir do que se está escrito nos PCNs e a maioria dos professores usam-nos para ensinarem aos seus alunos, proporcionando-os conhecimento, conteúdos e uma sequência. No entanto, muitos professores se acomodam e os usam somente em sua metodologia de ensino, não buscando formas diferenciadas de ensinar aos seus alunos, uma vez que o livro didático tem tudo o que o professor precisa, facilitando para ele e também para o aluno, pois este saberá onde está, o que está sendo ensinado e o que virá em seguida. Se o aluno faltar na aula, ele sabe qual conteúdo perdeu. No entanto, isto pode não ser bom para o aluno e também para o professor, uma vez que o aluno já sabendo o que irá ser feito, poderá adiantar as atividades, ou deixar para fazer depois, aproveitando a aula para “bater papo” com os colegas de classe, atrapalhando aqueles que querem aprender e dificultando o trabalho do professor. Essa metodologia pode despertar o desinteresse do aluno pelo conteúdo, porque ele nunca estará esperando por uma novidade, por algo novo, sendo que o livro didático e a apostila já dizem tudo o que ele irá aprender.

Esses são apenas alguns dos problemas encontrados nas escolas, por professores e alunos para o ensino da escrita e oralidade. O capítulo a seguir mostrará mais alguns destes problemas mais detalhados voltados para o ensino da oralidade, uma vez que, o verdadeiro objetivo deste trabalho é mostrar como é e deve ser ensinada a oralidade nas escolas, como ela tem sido realmente e propor algumas atividades diferenciadas para o ensino da mesma. Entretanto, não há como falarmos da oralidade sem falarmos da escrita, pois são categorias diferentes, mas que estão relacionadas e podem muitas vezes contribuir para o bom desempenho uma da outra. Vejamos agora os principais problemas encontrados nas escolas para o ensino da oralidade e escrita.

4. DIFICULDADES NO ENSINO DA ORALIDADE E DA ESCRITA

Daremos continuidade ao que já iniciamos no fim do 3º capítulo, no qual já mencionamos o primeiro problema das escolas em ensinar a oralidade, que são os livros didáticos e a comodidade que o livro didático dá ao professor, pois ele não tem necessidade de preparar nada diferente, somente fazer o que está proposto no livro; e também para o aluno, que já sabe tudo o que irá aprender ao folhear o livro didático. Mas este é somente o primeiro de muitos problemas encontrados na escola, por professores, alunos e demais profissionais da educação. Falaremos um pouco de alguns destes problemas, no entanto, somente de alguns, pois são incontáveis os problemas encontrados e não daria para expô-los somente em algumas linhas, mas mostraremos o suficiente para refletirmos sobre a verdadeira realidade do ensino da escrita e oralidade nas escolas e pensarmos em formas de melhorar esta situação. Iniciaremos com a continuidade dos problemas tidos pelos professores ao ensinarem a oralidade e também a escrita, mas, ao mesmo tempo, serão relatadas as dificuldades dos alunos, pois as dificuldades que os professores possuem muitas vezes são as mesmas que os alunos ou eles acabam sendo influenciados e prejudicados pelos problemas dos professores; e por fim, a obrigatoriedade do ensino da norma padrão nas escolas e o preconceito linguístico, que muito afetam no ensinoaprendizagem do aluno.

4.1 DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS PROFESSORES E ALUNOS PARA O ENSINO DA ORALIDADE E DA ESCRITA NAS ESCOLAS

O livro didático não é o primeiro e único problema encontrado pelo professor, ele é apenas um de muitos que dificultam o ensino do professor em sala de aula. Podemos dizer que o principal e o primeiro problema encontrado pelo professor é a sua preparação profissional. Os professores ainda ensinam de forma tradicional, pois provém de estudos antigos que privilegiam o ensino da escrita, pois ainda não existiam os estudos da Linguística, que vem sendo incorporada recentemente na grade curricular das escolas pelos PCNs.

Há muitos professores que não têm conhecimento de Linguística, pois, além de seus estudos e formação serem muito antigas, eles não procuram se atualizar, não estudam as novas teorias, as novas descobertas para o ensino da língua,

apesar de hoje em dia terem o projeto da *formação continuada*, mas que na maioria das vezes são utilizados para se discutirem os problemas da escola, com os alunos e não usam a formação continuada no seu verdadeiro sentido e objetivo, que é a formação e atualização dos conhecimentos dos professores.

Esses professores ficam presos à manuais de gramáticas e livros antigos que usam desde o fim de sua formação e início do magistério. CAGLIARI (2007), confirma essa afirmação, nos dizendo que a escola, principalmente os professores, não conseguiram acompanhar o avanço da Linguística e mantiveram o molde de ensino de mestres do passado. A maioria dos professores ficaram perplexos por verem seus mestres sendo criticados e contestados, pois a Linguística coloca em cheque muitas teorias abordadas pelos antigos gramáticos que valorizam a escrita, com o uso das normas e regras a serem seguidas fielmente, não aceitando as variações.

No entanto, ainda nas palavras de CAGLIARI (2007), há aqueles professores que não conseguiram aprender totalmente a proposta da Linguística, entram em contradição com ela, concebendo-a, mas não da maneira correta, sendo mal entendida e mal assimilada e acabam aplicando-a de maneira inapropriada, substituindo os bons textos de ótimos escritores pelos de baixo nível, retirados de jornais e revistas e que não são usados da maneira correta, privando-os do bom gosto pela leitura e levando os alunos a lerem e escreverem mal. Mas, felizmente, houve aqueles professores que aprenderam e que a aceitaram, reconhecendo a importância que a Linguística possui para o ensino da língua escrita e falada e fazem uso dela em seus ensinamentos, exigindo mudanças no ensino da Língua Portuguesa. Sem contar que é muito difícil mudar uma concepção de anos de um professor formado há décadas por uma nova, para que isso aconteça com efetividade é preciso que o professor faça quase uma nova graduação, pois as propostas de magistério de hoje são bem diferentes das de décadas atrás.

Outro problema encontrado, conforme nos mostra Magalhães, em seu artigo intitulado *Concepções de oralidade: a teoria dos PCNs e PNLD e a prática nos livros didáticos* (também disponível na internet), é a divergência entre as propostas dos PCNs e as dos livros didáticos, que muitas vezes não seguem a proposta do PCNs e não abordam o ensino da oralidade e da escrita como devem ser. Os PCNs exigem um ensino do qual não se preparam profissionais qualificados e nem oferecem materiais adequados, que acompanhem as mudanças no ensino da escrita e da

oralidade propostas pela Linguística. Os professores até tem conhecimento sobre estas novas propostas, no entanto, não possuem materiais atualizados e adequados e não possuem suporte da escola para seguir e abordar estas mudanças, ficam presos, muitas vezes por falta de opção, nos livros didáticos que não seguem corretamente as propostas dos PCNs para o ensino da oralidade e escrita.

Os PCNs propõem mudanças ao professor, mas não oferecem suportes necessários para sua atualização, não possuem a preparação e materiais adequados, uma vez que os livros didáticos são feitos para serem utilizados por três anos e nesses três anos muita coisa pode mudar e ficam ensinando coisas repetitivas, sem inovações, presos em exercícios e interpretações de textos defasadas, pois é isso que possui na maioria dos livros didáticos.

Complementando com as palavras de Daros (2006), a escola continua ensinando somente a escrita, pois nem mesmo os livros didáticos foram adaptados conforme manda os PCNs. Ou seja, as atividades a serem trabalhadas com os alunos expostas pelos livros didáticos ainda se baseiam muito em atividades que se referem somente à escrita, não há ou há muito poucas atividades que se refiram à oralidade, que trabalhem a fala do aluno. Ela ainda nos lembra que para muitos professores o ensino da língua materna é o ensino da escrita, fazendo uso da leitura, que muitas vezes é individual e silenciosa, sem o uso da fala, e produção de texto, realização de atividades de interpretação de textos, de ortografia, gramática etc., sendo para eles a única forma de vivenciar a língua; a oralidade é apenas um auxílio, uma ferramenta a ser usada para ensinar a língua, e que não tem tanta importância assim como a escrita, o que não é verdade, pois a fala é tão e até mais importante que a escrita, porque está muito mais presente em nosso dia-a-dia do que a escrita.

Outra questão em que os professores têm dificuldades em trabalhar com base nos PCNs é sobre o que eles abordam, que muitas vezes não condiz com a realidade do aluno. Um fato muito interessante de se observar é que em muitos livros didáticos, os tratamentos que eles dão aos alunos parecem que são para alunos que já conhecem, que já sabem tudo sobre a língua e que não precisam ser ensinados, abordando muito pouco ou dando muito poucas explicações e exemplos, deixando somente a cargo do professor, que nem sempre está preparado, devido a vários motivos, como a falta de tempo em sala de aula, devido a carga horária da disciplina ser pouca em relação à quantidade de conteúdo a ser repassado durante

o ano, não sobrando tempo suficiente para se aprofundar em determinado conteúdo, porque tem uma quantidade de conteúdos a serem dados que devem ser alcançados, ficando somente em um ensino superficial, dando apenas breve explicações que muitas vezes não são suficientes para o aluno aprender.

Seria esse o momento mais importante do livro didático, em que ele deveria ter todas as informações necessárias para o aluno dar continuidade ao seu estudo em casa, ficando o professor sendo somente um intermediador do conhecimento do aluno, além dessa prática estimular e melhorar a leitura do aluno. Além disto, contamos também com a carga horária de trabalho excessiva dos professores, que muitas vezes o seu salário não é o suficiente para o seu sustento e de sua família, sendo necessário trabalhar os três períodos para poder ter uma renda rentável, o que não sobra tempo para o professor aprofundar seus estudos, procurar mais informações, saber das novidades, preparar sua aula ou preparar uma aula diferenciada, seguindo sempre o mesmo sistema de aula, que muitas vezes são amparadas somente pelo livro didático, em que o professor vai para a sala de aula sem preparar sua aula, usando somente o que é abordado no livro didático e que até mesmo ele se torna um aluno, pois está aprendendo com o livro juntamente com seus alunos.

Sem contar que nem todos os alunos possuem o mesmo desenvolvimento, a mesma forma de aprendizagem. No papel parece tudo muito simples, mas ao aplicar na realidade, tudo muda. Há alunos que possuem mais dificuldades em aprender determinado conteúdo do que outros, necessitando de mais atenção do professor, o que acabam não recebendo, pois o professor não dispõe de tempo suficiente para ensinar a este aluno e ele acaba sendo excluído, deixado para trás, não acompanhando no mesmo ritmo de aprendizado que seus colegas. Mas isso ocorre não por falta de vontade do professor, pois a falta de tempo do professor não quer dizer que ele não tenha interesse em ensinar e ajudar ao aluno. No entanto, há aqueles professores que realmente não estão preocupados com o seu aluno, entra em sala, dá sua aula, explica a matéria e saem dali como se não tivesse estado ali. Esses tipos de professores muitas vezes não têm amor à profissão, estão ali por falta de opção, somente pelo dinheiro que irão receber no fim do mês, não se preocupando nem um pouco com a aprendizagem de seu aluno. E a escola muitas vezes nem se preocupa com esta questão, pois não é fácil encontrar professores disponíveis, devido à falta de professores formados, qualificados e preparados. São

poucas as pessoas que têm interesse em seguir o magistério, em ser professor, sendo necessário recorrer a professores de outras formações para darem aulas ou até mesmo professores sem formação, sem graduação. Isso não é bom para o aluno, pois os professores que são formados já se encontram em dificuldades ao ensinar seus alunos em sua área, imagina aqueles que não têm uma qualificação, uma preparação própria da área. O maior prejudicado neste caso é o aluno, que poderá aprender errado ou de forma incompleta e não terá outra oportunidade de revisar o conteúdo.

Ainda com as palavras de DAROS (2006), os professores sentem dificuldades em trabalhar e seguir com projetos devido à rotatividade de professores, ou seja, em muitas escolas não há professores concursados, sendo necessário renovar seu quadro de docentes a cada ano mediante a contagem de pontos de professores, em que só conseguem uma vaga na escola aqueles professores que possuem uma pontuação suficiente para pegar sala de aula, aqueles que não têm essa pontuação suficiente às vezes tem que pegar poucas aulas, pegar aulas em escolas diferentes para poder ter uma carga horária suficiente e poder garantir o seu salário. Esses professores que trabalham em mais de uma escola ficam sobrecarregados, não possuem tempo suficiente para ensinar com qualidade aos seus alunos, como relatamos anteriormente. Sem contar que esta rotatividade de professores só vem a prejudicar o aluno, pois a cada ano o aluno possui um professor diferente que muitas vezes não dá sequência no ensino do professor anterior, repetindo conteúdos desnecessários ou pulando conteúdos importantes para a aprendizagem do aluno.

Embora mostramos aqui muitos problemas encontrados por professores e alunos e até mesmo pela escola, estes são apenas alguns dos inúmeros problemas que podemos encontrar e como já dito, essas poucas linhas são e serão insuficientes para relatar os tantos problemas existentes no ensino da língua escrita e falada. No entanto, partiremos agora para o maior problema de todos e que muito tem atrapalhado no ensinoaprendizagem de professores e alunos, que é a obrigatoriedade do ensino e uso da norma padrão da Língua Portuguesa e o preconceito linguístico.

4.2 OBRIGATORIEDADE DO USO DA NORMA PADRÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA, INFLUÊNCIAS DAS VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO

POSSENTI (2002), fala sobre a frustração e fracasso dos alunos em produzir textos. Muitas crianças possuem dificuldades em escrever até mesmo pequenos textos, e isso não ocorre só com crianças, podemos nos deparar com adultos já com os estudos concluídos, que ainda se encontram em grandes dificuldades para escrever um texto. Para o autor, as crianças e até mesmo esses adultos escrevem como se a escrita fosse a representação da fala, sendo a fala a única referência da criança para a escrita nos anos iniciais da escola. Como ela ainda não conhece as regras da Língua Portuguesa, baseia-se em sua fala, baseia-se no que aprendeu com sua família, amigos, comunidade, na forma como eles falam e fazem uso da língua materna.

De acordo com os PCNs,

a Língua Portuguesa é uma unidade composta de muitas variedades. O aluno, ao entrar na escola, já sabe pelo menos uma dessas variedades. aquela que aprendeu pelo fato de estar inserido em uma comunidade de falantes. (BRASIL, 1998, 81)

No entanto, o aluno conhece essas variedades, mas não tem a consciência ou pelo menos não tem a certeza de que a sua fala é considerada “errada” perante a norma padrão da Língua Portuguesa. A escola sempre privilegiou o ensino da gramática normativa, ou seja, sempre se baseou na norma padrão para o ensino da escrita nas escolas. A maioria das escolas, como afirma CAGLIARI (2007), usam os textos literários para ensinar a língua, como exemplos a serem seguidos, pois são construídos com base na norma padrão da Língua Portuguesa, normas que são tidas como modelo ideal para se aplicarem aos estudos da escrita e da fala.

Mas vale ressaltar que esses textos literários utilizados pelas escolas já não possuem a mesma norma padrão que utilizamos hoje, e o que se ensina com base neles pode muito bem estar “errado” de acordo com as regras normativas da Língua Portuguesa de hoje. Isso pode ocorrer porque não existem línguas estáticas, invariáveis, elas mudam com o tempo e até mesmo a norma padrão varia, conforme as mudanças que vão ocorrendo na língua.

Falamos até aqui sobre norma padrão, variações da Língua Portuguesa, mas não com detalhes, explicando e especificando o que são esses termos. Entretanto, é necessário que tenhamos uma noção do que sejam esses termos,

portanto, segue algumas explicações para eles. Definiremos o que é a Norma Padrão da Língua Portuguesa, variantes, variações linguísticas e preconceito linguístico.

A Norma Padrão da Língua Portuguesa, segundo BAGNO (2003), também recebe a denominação de Norma Culta, que conforme ele afirma,

circula livremente nos jornais, na televisão, na internet, nos livros didáticos, na fala dos professores, nos manuais de redação das grandes empresas jornalísticas, nas gramáticas, nos textos científicos sobre língua etc. (p. 42).

Melhor explicando, a norma culta da Língua Portuguesa é aquela que seguem as normas da língua padrão, que seguem regras e modelos que unificam a língua, regras baseadas em manuais e dicionários e que não se permite o uso de nenhuma variação. BAGNO (1997), utiliza a definição de Português Padrão (PP) para todos aqueles vernáculos que seguem a norma padrão da Língua Portuguesa e de Português não-padrão (PNP) para aquele vernáculo que não segue essas normas.

Mas, nem sempre utilizamos e seguimos a riscas essas normas e padrões. Padrões esses que existem há séculos e que possuem regras absurdas que chegam a ser estranho e até mesmo “vergonhoso” usá-las, de tão complexas e difíceis que são. Sem contar que a língua mudou muito nesses últimos anos, o que se falava e escrevia antes pode já se encontrar muito diferente de tempos atrás. E é aí que começam a surgir as variantes e variações da língua. Segundo TARALLO (1990), em toda comunidade de fala são frequentes as formas linguísticas em variação, sendo que para essas formas em variação dá-se o nome de “variantes”. Para ele,

Variantes linguísticas são, portanto, diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade. A um conjunto de variantes dá-se o nome de variável linguística. (TARALLO, 1990, p.08).

Além da língua mudar com o tempo, ela varia também de uma região para outra, de um povo para outro. Cada região, cada comunidade de fala possui a sua forma de falar, o que TARALLO (1990), denomina de “dialeto”, mesmo que falem a mesma língua. E varia também de uma pessoa para outra, em que cada indivíduo possui a sua própria forma de falar, possui a “sua língua”, a sua fala individual, o que é denominado “idioleto” pelo mesmo autor.

São por esses motivos, por essa grande variedade de utilizar a mesma língua, em lugares diferentes e por pessoas diferentes de formas diferentes, que ficou sendo necessário estabelecer uma norma padrão, um modelo a ser seguido.

Criaram-se as normas e regras a serem seguidas e quem não as seguem são taxados como erros.

Mas o mesmo autor ainda se questiona sobre a norma culta, se ela deve referir-se ao que é normal, frequente e habitual ou ao que deveria ser, sendo normativo, elaborado às regras impostas. Para Bagno (2003), a norma culta trata-se mais de um preconceito do que de um conceito propriamente dito, preconceito de que existe uma única maneira “certa” de falar a língua, com aqueles regras e preceitos que aparecem nos livros de gramática baseados na escrita e em textos literários clássicos.

Ainda nas palavras de BAGNO (1997), que muito critica o preconceito linguístico, usa-se a tão chamada norma culta da Língua Portuguesa, a norma padrão, com essas regras e normas estabelecidas, decretadas por pessoas e instituições que tentam regrar, regular e regulamentar o uso da língua, sendo ensinadas nos estabelecimentos de ensino e escolas públicas e particulares para todas as crianças, jovens e adultos do país. Normas que, de fato, são seguidas somente pelos fanáticos e paranóicos gramáticos e linguistas e até mesmo pelos professores de escolas.

Ainda têm-se a definição de falantes cultos, na qual só são considerados *falantes cultos* aqueles que seguem a norma padrão da Língua Portuguesa, quem não as segue é considerado como *inculto*, ou seja, a pessoa que faz uso das variações linguísticas são consideradas *incultas*. SILVA (2002), define esse mesmo uso da variação como *variantes estigmatizadas*, que são desprezadas por muitas pessoas, e denomina *variantes de prestígio* as variantes que seguem a norma padrão e são tão apreciadas pela maioria das pessoas.

No entanto, temos que levar em consideração que nem sempre falamos como escrevemos, apesar de conhecermos a língua através da escrita, como sugere SAUSSURE (1969), mas a língua evolui e a escrita permanece imóvel, intacta, concluindo-se que a escrita não impede a modificação da língua. Ou seja, a norma padrão não impede e nem impedirá que a Língua Portuguesa se transforme com o tempo, modificando até mesmo a norma padrão, pois em vista de muitas mudanças e que muito são usadas, acabam virando e fazendo parte da norma padrão. Enfim, falamos da maneira que consideramos melhor e nem sempre a escrita nos permite isso, já que a escrita tem a tendência a seguir a norma padrão estabelecida e, como já dito, são absurdas.

Não existem línguas estáticas, a língua muda com o tempo e o preconceito surge por considerar o novo como errado em consideração ao velho. O preconceito ocorre por pessoas que não querem aceitar as mudanças e no fim elas mesmas aderirão às mudanças, pois não tem como ficar preso ao velho, uma vez que também passará a ser vítima do próprio preconceito que cultuava.

A língua sempre se modificará, por mais que os gramáticos, os professores ou seja quem for que defenda o uso da norma padrão, lutem para que não ocorra a mudança, que com o tempo, sempre acabará prevalecendo. Até mesmos esses defensores fazem uso dessas variações no seu dia-a-dia, uma vez que por mais formação e por mais culta que uma pessoa seja, não conseguimos seguir à risca a norma padrão, não conseguimos não cometer nenhum deslize na norma culta. Não teremos gravadas na mente todas essas normas e regras e quem quiser realmente seguir essas normas deverá sempre estar acompanhado de dicionários e manuais de gramática e ortografia.

Ainda de acordo com BAGNO (1997), e como já mencionado logo acima, podemos chegar à errônea constatação de que o PP é falado somente por pessoas que possuem algum grau de instrução, nível de escolaridade, nível superior, e que possuem mais dificuldades em aceitar as variações da língua presentes na fala. Entretanto, em relação ao PNP, ele é mais falado pela grande maioria pobre e analfabeta, sendo também a língua das crianças pobres e carentes que frequentam as escolas públicas. Essa questão da não aceitação do diferente, do erro, nos impede de conhecer os principais motivos que levam a ocorrer as variações, pois cada variação pode ser explicada cientificamente.

É importante conhecermos o processo de transformação que a Língua Portuguesa vem passando e sofrendo ao longo do tempo para entendermos e aceitarmos as variações na língua. Conhecer as origens e causas das variações presentes na língua através da fala e também da escrita das pessoas, assim como os tipos de variações existentes nos levará a compreender e aceitar essa grande variedade presente em nossa língua. São inúmeros os tipos de variedades existentes na língua, e, de acordo com BAGNO (1997), temos também as variedades de gênero, que são as diferenças existentes na fala e escrita entre um homem e uma mulher, pois os homens não usam a língua da mesma forma que as mulheres, em que as mulheres tendem a ser mais cuidadosa com a língua do que o homem e procuram fazer o uso mais correto da língua através da norma padrão;

diferenças urbanas e rurais, em que as pessoas que moram em cidades tendem a usar a língua de forma diferente de quem moram em sítios, fazendas ou lugares mais afastados da grande cidade, onde se encontra o maior número de pessoas com menos formação escolar do que as pessoas que moram nas cidades, que possuem mais escolaridades devido a grande facilidade de acesso à escola, aos meios de comunicação social e também com maior contato entre as pessoas que possuem mais escolaridades e que fazem uso da norma padrão, mas o que não impede que na cidade também tenha a presença de variações; socioeconômicas e nível de instrução, em que as pessoas com condições econômicas e sociais melhores possuem mais acesso à educação do que aquelas que são pobres, que tem que trabalharem para conseguir seu sustento e não possuem tempo e dinheiro para poderem estudar e ter uma educação digna, que é direito de todos.

Essas pessoas, pobres e menos escolarizadas é que são as maiores vítimas de preconceitos, o que denominamos de *preconceito linguístico*, que são as pessoas que sofrem preconceito pelo modo que falam, que fazem uso das variações, fugindo das normas da língua culta, o que muitas vezes não é realmente “fugir” da norma culta, o que ocorre de fato é o não conhecimento dessas normas por falta de acesso à educação, devido a sua falta de condições financeiras.

Enfim, conhecer todas essas variações e os preconceitos que delas provêm, os tipos de variações e as suas causas são fundamentais para compreender a nossa língua, principalmente quando nos deparamos com a variação, que geralmente e quase sempre todos nós a definimos como erro. Mas todos esses “erros” podem ser explicados cientificamente ou por qualquer outro motivo.

Infelizmente, esse preconceito linguístico se inicia na escola, onde a própria escola cultua o preconceito ao pregar o ensino correto da língua padrão da Língua Portuguesa. BAGNO (2003), afirma que a escola, na qual em todos os seus níveis de educação tenta dar aos seus alunos uma educação sistematizada, programada de acordo com currículos definidos pelas instâncias oficiais, ou seja, pelos PCNs, são as que mais cometem o preconceito, em que os próprios professores corrigem os seus alunos ao usarem as variantes, praticamente obrigando-os a fazerem o uso da norma culta, discriminando aquele aluno que não consegue fazer o uso da mesma.

Entretanto, vale lembrar como já havíamos ditos anteriormente, que agora os PCNs (BRASIL,1998), reconhecem o uso das variações na língua e incentivam

as escolas a mostrarem aos alunos as variações linguísticas existentes em nossa língua, mas não deixando de lado o ensino da norma padrão, mostrando aos alunos que existem as duas possibilidades de uso da língua, a padrão e a não-padrão, ensinando aos mesmos quando, como e onde devem ser usadas essas formas de uso da língua. Mas não é isso que ocorre, a escola valoriza muito a escrita, o uso da norma padrão e não faz esse tipo de ensino e análise da língua, praticamente proibindo o uso da variação linguística pelos alunos, dizendo sempre que estão errados, corrigindo sua fala e escrita.

A escola não reconhece as variações e julga somente com base em gramáticas e ortografias, baseando-se sempre no Português padrão. Cagliari (2007) ressalta que, para a escola, a variação linguística é vista como uma questão gramatical, de certo e errado e o diferente não tem lugar em sua avaliação, fazendo com que ela cometa grandes injustiças com seus alunos, pois não reconhece que as pessoas falam diferente. *“Todos os falantes sabem disso por experiência própria, só a escola insiste em ver as coisas erradamente.”* (CAGLIARI, 2007, p. 37).

Dando continuidade às dificuldades dos alunos em escrever textos, o mesmo autor também concorda que o aluno ao aprender a ler e escrever, usa o conhecimento que já tem da língua, apropriando-se da escrita, ou seja, o aluno irá usar o que aprendeu da língua através da fala e irá transpor essa fala para a escrita. Ele irá escrever, após passar pelo processo de alfabetização, utilizando a mesma forma que usa as palavras em sua fala. O aluno só irá ter consciência da diferença entre sua fala e escrita a partir do momento que ele tiver contato com as normas da língua padrão, com a norma culta da Língua Portuguesa. E este será o momento em que o aluno poderá ter ou não dificuldades de aprender e usar essa norma. Cagliari ainda defende que a escola deveria perceber que o aluno escreve “errado” diante da norma padrão, porque representa e conhece muito bem o modo como se fala. Os erros ortográficos cometidos pelas crianças ocorrem devido a reflexão que elas fazem sobre as regras de funcionamento da própria língua, na qual ela faz uma transcrição na escrita do que ela ouve na fala.

Quando o aluno já possui algum conhecimento sobre a norma culta, ao produzir textos, os alunos irão se policiar mais quanto ao uso da norma padrão, já na fala não ocorre desta forma. Entretanto, pode haver muitas interferências da oralidade na escrita, e mais ainda por parte de crianças do que por adultos. Sem esquecer que a interação social influencia no jeito de falar, assim como idade,

escola, sexo, classe social etc., e isso pode afetar ainda mais o aprendizado do aluno, que tende a se render ao conhecimento que já possui da língua diante das dificuldades encontradas na norma padrão da Língua Portuguesa.

Para dar fim, ou pelo menos diminuir essa defasagem no ensino da língua, a escola precisa se livrar de alguns mitos, deve deixar de pensar que só existe uma única forma de falar e escrever, buscando escrita e a fala perfeita, tendo somente a norma padrão como modelo a ser seguido.

Segundo ABAURRE (1984), a escola não considera a norma padrão como a norma a ser atingida, usa a norma como forma de comparação com o certo e o errado. A escola não tem como função substituir a norma popular que os alunos já conhecem, e sim de ensinar-lhes que ambas as formas podem ser utilizadas juntas, sem uma interferir a outra, sendo usadas cada uma em seu contexto e situação adequada.

Conforme LOUREIRO (2005), a própria escola faz uma seleção entre os alunos que sabem falar o Português daqueles que não sabem, reforçando ainda mais o sentimento de desprezo sentido pela criança, podendo até mesmo despertar muitas outras dificuldades negativas nos alunos. Muitas vezes, conforme CAGLIARI (2007), a própria escola vai alimentando esses sentimentos de desprezo, dizendo que o aluno é “burro” e não tem capacidade de aprender, inventando uma série de dificuldades para justificar o seu não aprendizado, como problemas visuais, auditivos e até mesmo psicológicos, e com isso redime-se dos problemas da educação desta criança. E o pior, quase sempre submete esta criança a métodos especiais, que lembra e de fato consoma-se em um tipo de segregação, colocando-a em salas especiais, alimentando ainda mais o sentimento da criança de rejeição por não poder aprender em convívio com os demais colegas.

Contudo, a escola não pode ensinar que existe o certo e o errado, ela deve fazer do ensino de Português uma forma de o aluno, conforme CAGLIARI,

compreender melhor a sociedade em que vivemos, o que ela espera de cada um linguisticamente e o que podemos fazer usando essa ou aquela variedade do português. (...) Pode-se perceber agora que o ensino de português não só é problemático pelo que se ensina, mas também é falho porque se deixa de ensinar muita coisa. Os currículos escolares, principalmente os que o professor de fato executa nas salas de aula, fazem dos estudos girar em torno, sobretudo da Morfologia e da Sintaxe, e isso do ponto de vista da escrita e do dialeto padrão. Falta um estudo profundo de Fonética, Fonologia, Semântica, Sociolinguística, de Gramática e Análise do Discurso. (2007, p. 48).

Além da escola se responsabilizar por grande parte da educação de seus alunos, como mostra CAGLIARI (2007), ela é o espelho da sociedade, ou seja, a escola se baseia na própria sociedade e como espelho da sociedade, não admite o diferente e prefere adotar só as noções de certo e errado, numa falsa visão da realidade. Para a escola aceitar a variação como um fato linguístico, precisa mudar toda a sua visão de valores educacionais. Para ele, a escola deve respeitar os dialetos e ensinar aos seus alunos, fazendo-os entender que a variedade linguística e o português padrão podem ser comparados entre si em condições de igualdade linguística, mostrando que a sociedade atribui valores sociais diferentes aos diferentes modos de falar a língua e que esses valores, embora se baseiem em preconceitos e falsas interpretações, têm causas e consequências econômicas, políticas e sociais muito sérias para as pessoas. Ou seja, a escola tem de ensinar aos seus alunos que além da norma padrão, existem as variantes, as variações na língua e que essas variações apesar de não seguirem as normas da língua culta, não são consideradas como erro, como é visto pela maioria das pessoas, mas que a variação é apenas uma das inúmeras formas que temos de usar a língua, que devemos saber qual tipo, no qual resumimos aqui como norma padrão e a norma não-padrão, utilizarmos em determinado momento, situação e lugar, que dependendo destes termos, podemos utilizar um tipo ou outro, sem prejudicarmos a comunicação, o entendimento entre uma pessoa e outra.

O aluno deverá saber que em ambientes mais formais exigirá que ele use uma fala mais formal, mais próxima o possível da norma padrão, da norma culta, e que em momentos de desconcentração, como um encontro entre amigos, ele poderá utilizar uma fala mais coloquial, com variações, em que ele poderá utilizar as suas gírias e outros termos que são comumente encontradas nas variações linguísticas.

O erro precisa ser deixado de ser visto como um fracasso do aluno. Deve-se levar em consideração os conhecimentos que o aluno já possui da língua e complementá-los com o ensino da norma padrão, mostrando a eles a diferença entre ambos, mas não as destacando como erros e sim, como alternativas de uso da língua. O professor deve ensinar sem causar trauma ao aluno, pois ele não é perfeito e aprende dentro de suas condições. E ensinar a língua é difícil tanto para quem aprende, tanto para quem ensina, pois exige muito conhecimento e estudo por parte do educador, pois como sabemos, a língua está sempre em mudança e o que

aprendemos hoje poderá ser muito diferente amanhã, o que necessita de estudos permanentes para acompanharmos as mudanças que ocorrem em nossa língua.

Enfim, podemos chegar a uma simples conclusão de que o erro é uma tentativa de acerto do aluno, no qual ele irá aprender com o seu erro e esse tipo de aprendizado é o mais valorizado pelo aluno, pois o que ele aprendeu a partir do seu erro será sempre lembrado e evitará cometer o mesmo erro, desde que ele não tenha sofrido nenhuma limitação, preconceito por parte do professor e de outros alunos.

Vimos neste capítulo as dificuldades no ensinoaprendizagem do aluno e professor, assim também como as da escola em geral em ensinar a Língua Portuguesa através da oralidade e da escrita, dificuldades essas que podem deixar de existirem se mudadas as concepções em relação ao ensino da língua, se mudadas as formas de ensinar o conteúdo abordado, com o uso ou não de livros didáticos e/ou materiais específicos. Para se proporcionar um bom ensino não são necessários esses materiais, e sim, uma ótima preparação do professor, uma preparação que deve iniciar-se desde os primeiros momentos de graduação do professor, estendendo-se até o momento de preparação de aula.

O professor de fato não precisa de um bom livro para ensinar ao seu aluno, basta o seu conhecimento, talvez um bom texto, um giz e uma lousa, e por fim, uma didática que chame e prenda a atenção do aluno, que desperte a vontade de aprender dele, sem que ele sofra discriminação do professor pelo conhecimento que já possui e também pelos colegas de sala de aula, que muitas vezes também desprezam o colega pela forma com que ele fala e escreve, quando este possui mais conhecimento da norma culta do que o outro.

Por fim, no próximo capítulo trataremos do verdadeiro objetivo deste trabalho, que é propor o ensino da escrita e oralidade através dos gêneros textuais. Mostraremos como é possível trabalhar a escrita e oralidade em conjunto através de textos dos mais variados gêneros sem que um interfira no outro, ao contrário, que o estudo de ambos em conjunto pode melhorar e muito no ensinoaprendizagem da língua, facilitando ainda mais o uso e o entendimento da língua no nosso dia-a-dia.

5. O ENSINO DA ORALIDADE E DA ESCRITA ATRAVÉS DOS GÊNEROS TEXTUAIS

Vimos até aqui o quanto é importante conhecermos e sabermos utilizar a linguagem oral e escrita em todos os nossos meios comunicacionais, e vimos ainda o quanto a oralidade tem o seu papel perante a sociedade, e que muitas vezes a oralidade possui até mesmo mais destaque e importância que a escrita. Vimos que os PCNs prezam o ensino da mesma, reconhecendo sua importância, propõem-se meios e alternativas para que as escolas trabalhem e ensinem a oralidade a seus alunos, mas que na maioria das vezes o ensino da oralidade é deixado de lado devido aos problemas encontrados pelas escolas, professores e alunos, já relacionados anteriormente, ou são ensinadas de maneira incorreta, como pudemos perceber com a correção que os professores fazem nas falas de seus alunos, correções estas que são baseadas na norma culta da língua padrão, dizendo que o certo, que a maneira certa de falar é conforme manda os manuais de regras, gramáticas e ortografia da Língua Portuguesa. Atitudes estas que se configuram no que chamamos de preconceito linguístico, que muitas vezes vem a prejudicar ainda mais o aprendizado do aluno.

Os PCNs (BRASIL, 1998), abordam o ensino da língua através de textos, ou seja, que se usem textos para ensinar a escrita e a oralidade, mas estes são usados de maneira errada pelos professores, pois eles acabam retirando as frases do texto que muitas vezes ficam descontextualizadas e pouco acabam trazendo conhecimento ao aluno, pois o aluno acaba aprendendo a gramática somente em frases soltas, que muitas vezes essa mesma frase pode ter um efeito diferente se levada em consideração o contexto de onde foi retirada.

Enfim, não é o nosso objetivo aprofundar nesses problemas minúsculos e que podem ser incontáveis, e sim, propor novas maneiras de se ensinar a oralidade e a escrita nas escolas, seguindo os mesmos preceitos abordados pelos PCN, o ensino de da língua através de textos, tendo como base os gêneros textuais.

5.1 O ENSINO DA ORALIDADE E ESCRITA ATRAVÉS DOS GÊNEROS TEXTUAIS E O DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA DISCURSIVA DO ALUNO

De acordo com os PCNs (BRASIL, 1998), toda escola comprometida com o exercício da cidadania precisa criar condições para que o aluno possa desenvolver sua competência discursiva, ou seja, que saiba desenvolver sua fala e escrita e que seja capaz de utilizar a língua de modo variado, para produzir diferentes efeitos de sentido e adequar o texto a diferentes situações de interlocução oral e escrita. A escola deve organizar as atividades curriculares contemplando a diversidade de textos e gêneros. Seguindo nessa perspectiva, os PCN afirmam que a reflexão sobre a linguagem deve fazer parte do ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa, em que se tomando a linguagem como atividade discursiva, o texto como unidade de ensino e a noção de gramática como o conhecimento que o aluno tem de sua linguagem, as atividades curriculares em Língua Portuguesa devem corresponder a

uma prática constante de escuta de textos orais e leitura de textos escritos e de produção de textos orais e escritos, que devem permitir, por meio da análise e reflexão sobre os múltiplos aspectos envolvidos, a expansão e construção de instrumentos que permitam ao aluno, progressivamente, ampliar sua competência discursiva (BRASIL, 1998, p. 27).

E é a partir de atividades constantes de escuta de textos orais e leitura de textos escritos que se permite ao aluno fazer a reflexão sobre o uso de sua língua, que saiba reconhecer e utilizar os diversos tipos de linguagem em sua escrita e fala, adequando-as de forma correta em cada e determinada situação. E esse conhecimento de adequação de usos de textos orais e escritos se dá mediante ao conhecimento dos diversos tipos de textos, dos gêneros existentes, em que o aluno conhece as formas de uso para cada um deles, utilizando-os de forma correta. É através dos textos também, ou pelo menos deveria ser, que o aluno aprende sobre a língua, aprende a usar as normas que são impostas pela norma padrão da Língua Portuguesa, como a ortografia, gramática, acentuação, pontuação e até mesmos aqueles elementos constitutivos que são essenciais para a construção de um bom texto, como a coesão e coerência, em que só se aprende esses elementos através e com o uso de textos, pois não há como ensinar coesão e coerência a partir de frases soltas, sendo que estas precisam uma da outra para que o texto seja criado e tenha sentido.

E para isso, os PCNs (BRASIL, 1998), abordam que a seleção de textos a serem utilizados em sala de aula deve privilegiar os gêneros que aparecem com maior frequência na realidade social do aluno e no universo escolar, tais como

notícias, editoriais, cartas argumentativas, artigos de divulgação científica, verbetes enciclopédicos, contos, romances, entre outros.

5.2 CONCEITOS E DEFINIÇÕES PARA GÊNEROS TEXTUAIS E EXEMPLOS DE PRÁTICAS REALIZADAS EM SALA DE AULA PELOS PROFESSORES E ALUNOS

Foi dito até aqui, como mostra a nossa proposta de ensino de oralidade e escrita, que deve ser feita através de gêneros textuais, vale lembrar e entender o que venha a ser gêneros textuais, qual sua definição, quais os tipos de gêneros textuais existentes, como e quando utilizar cada um deles. Como nos mostra os PCNs:

Os gêneros existem em número quase ilimitado, variando em função da época (epopéia, cartoon), das culturas (haikai, cordel) das finalidades sociais (entreter, informar), de modo que, mesmo que a escola se impusesse a tarefa de tratar de todos, isso não seria possível. Portanto, é preciso priorizar os gêneros que merecerão abordagem mais aprofundada. (BRASIL, 1998, p. 24).

Melhor explicando, devido a grande diversidade de gêneros existentes, é preciso que as escolas priorizem, ao ensinarem a escrita e oralidade, os textos que caracterizam os usos públicos da linguagem, ou seja, o uso de linguagem abordada no meio social, com pessoas e situações diferentes, em que

Os textos a serem selecionados são aqueles que, por suas características e usos, podem favorecer a reflexão crítica, o exercício de formas de pensamento mais elaboradas e abstratas, bem como a fruição estética dos usos artísticos da linguagem, ou seja, os mais vitais para a plena participação numa sociedade letrada. (BRASIL, 1998, p. 24).

Resumindo, a escola deve ensinar aos seus alunos os gêneros textuais que fazem parte do dia-a-dia dele, que são mais usados e vistos frequentemente, e que permite a reflexão sobre o uso da linguagem em determinadas situações. Ao fazer essa reflexão, o aluno saberá qual tipo de texto utilizar, que tipo de linguagem deve usar, como se expressar, qual o meio e forma de expressão, qual enunciado deve fazer, dependendo para qual destinatário irá transmitir o seu texto.

Mas voltando ao que fora questionado anteriormente, sobre o que vem a ser gêneros textuais, é importante termos aqui uma definição, mesmo que breve, apenas para que se tenha claro e não haja dúvidas sobre os gêneros, uma vez que gêneros e tipologias textuais são muitas vezes confundidos. Para isso, usaremos e

faremos uma análise sobre as definições dadas por dois autores renomados, Luiz Antônio Marcuschi (2002) e Luiz Carlos Travaglia (2007).

MARCUSCHI (2002), assim como os PCNs, também defende o trabalho com textos na escola a partir da abordagem do Gênero Textual. Já TRAVAGLIA (2007), defende o trabalho com a Tipologia Textual. No entanto, essas denominações não correspondem à mesma coisa? Para esses autores não. De acordo com TRAVAGLIA (2007), os textos são de diferentes tipos, se instauram devido à existência de diferentes modos de interação ou interlocução, sendo, para ele, cada tipo de texto uma apropriação para um tipo de interação específica. MARCUSCHI (2002), não concorda com o termo Tipologia Textual. Segundo sua opinião, fica difícil ensinar narrativa em geral, pois, embora seja possível a classificação de vários textos como narrativos, eles também possuem formas diferentes, ou seja, gêneros, que possuem diferenças específicas.

MARCUSCHI (2002), ainda ressalta que os livros didáticos trazem definições erradas sobre o termo tipo de texto. Para ele, não se trata de tipo de texto, mas de gênero textual. Ele afirma que pode ocorrer o mesmo gênero sendo realizado em dois ou mais tipos de textos. Para o autor, Tipologia Textual é um termo que deve ser usado para designar uma espécie de sequência teoricamente definida pela natureza linguística de sua composição, vejamos:

o termo Tipologia Textual é usado “para designar uma espécie de sequência teoricamente definida pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas” (MARCUSCHI, 2002, p.22).

A conclusão que podemos chegar através dessas colocações, é que o gênero está colocado em um âmbito maior que a tipologia textual. Ou seja, o gênero possui uma definição ampla, que pode envolver em suas definições e classificações várias tipologias textuais. Um exemplo é o que o próprio autor diz, ou seja, MARCUSCHI (2002), que uma carta pessoal pode apresentar as tipologias descrição, injunção, exposição, narração e argumentação.

Podemos fazer uma breve introdução das definições dadas pelos livros didáticos, perceber como é ensinada a questão de gêneros e tipos textuais pelos mesmos. Para isso, utilizaremos o livro didático voltado para o Ensino Médio, denominado *Português, série novo Ensino Médio*, do autor João Domingues Maia, datado de 2003.

Nas definições dadas por MAIA (2003), ele aborda primeiramente a noção de funções da linguagem, para depois dar sequência à definição dos tipos de textos. Percebe-se claramente que ele não aborda a definição gêneros textuais, para ele gêneros são o mesmo que funções da linguagem, em que os gêneros são definidos pela função que o mesmo possui. Daí é o que cabe a definição dada por Travaglia sobre gêneros e tipologias textuais.

Vejamos as definições que Maia (2003) dá para esses termos, em que ele diz que os textos, que podem ser orais ou escritos, buscam sem um efeito sobre o receptor, que são

- Informá-lo;
- Dar-lhe conselhos ou ordens;
- Convencê-lo;
- Provocar-lhe emoções;
- Proporcionar-lhe prazer;

Isso nos permite classificar os textos com base em certas características que eles possuem e que destacam um elemento dominante na comunicação [...].

Conforme o efeito pretendido, um dos elementos da comunicação (emissor, receptor, mensagem, referente, canal ou código) será sempre mais enfatizado do que os outros. Depende-se daí uma função da linguagem predominante [...]:

Função referencial ou informativa. Ocorre toda vez que a mensagem faz referência a acontecimentos, fatos, pessoas, animais ou coisa, com o objetivo de transmitir informações: O tempo amanhã será nublado, com melhoria no fim do período. / Ela abriu a porta, entrou, sentou-se na poltrona e sorriu.

Função emotiva ou expressiva. Está centrada no emissor, na 1ª pessoa (eu). Expressa os sentimentos de quem fala em relação àquilo de que está falando: Estou muito feliz! / Este jantar está excelente.

Função conativa ou apelativa. Está centrada na 2ª pessoa (tu). É dirigida ao receptor com o objetivo de influenciá-lo a fazer ou deixar de fazer alguma coisa. Exprime-se através do vocativo e do imperativo: Não deixe de ver aquele filme amanhã. / Não te esqueças de enviar-me os livros.

Função fática. Ocorre quando o emissor deseja verificar se o canal de comunicação está funcionando, ou se ele, emissor, está sendo compreendido: “Alô...” / - “Entenderam?”. É também a função empregada quando, no decorrer de uma conversa, emitimos sons como: “Hein?” “Hum-hum”.

Função metalinguística. Toda mensagem que fala sobre a própria linguagem é metalinguística. Metalinguagem é, portanto, a linguagem sobre a linguagem, a utilização da linguagem em referência ao próprio código, para esclarecê-lo ou ensiná-lo a alguém: **estética** s.f. 1. Parte da filosofia que trata das leis e dos princípios do belo. 2. Caráter estético; beleza. 3. (fig.) Plástica; beleza física. [...]

Função poética. A função poética realça a elaboração da mensagem e caracteriza-se pela criatividade da linguagem. Percebe-se um cuidado especial na organização da mensagem através da exploração das figuras

de linguagem, do ritmo, das sonoridades e da polissemia (variação de significados das palavras [...]). (MAIA, 2003, p. 33-34)

A partir dessas definições que Maia irá definir e distinguir os tipos de textos, do qual ele define, primeiramente, o que é texto:

O texto é uma mensagem: uma passagem falada ou escrita que forma um **todo significativo** independentemente da sua extensão. Os textos variam conforme as intenções do autor, podendo ser **narrativos, descritivos, informativos, argumentativos** ou **injuntivos** (que impõem ou apelam). Raramente um texto é construído com as características de um só tipo. O mais comum é encontrarmos os vários tipos em um só texto. Por isso, devemos observar a característica predominante. Um texto predominantemente narrativo pode ter passagens descritivas, argumentativas, informativas etc. (MAIA, 2003, p. 35).

E após sua definição sobre textos, começa a definir e dar exemplos das tipologias textuais. De acordo com suas definições, *o texto narrativo [...] relata fatos e acontecimentos reais ou imaginários, situados no tempo.* (MAIA, 2003, p. 35) No entanto, complementa

que não existe texto puramente narrativo. Quando dizemos “A mulher se aproximou da penteadeira e pegou o estojo de maquiagem”, fazemos também uma descrição. O mesmo não ocorre com um texto puramente descritivo: “O jardim é retangular, com muitas rosas e cravos”. (MAIA, 2003, p. 35).

Em seguida, continua com a definição do texto descritivo, que complementa o que foi dito anteriormente, dizendo que

o texto descritivo representa objetos e personagens, participando, portanto, do texto narrativo. Na verdade, contar uma história e mesclar narrações e descrições. Não se deve confundir as descrições puramente técnicas ou informativas com as descrições literárias, feitas com arte e criatividade. (MAIA, 2003, p. 35).

Segue com a definição de texto informativo, na qual diz que

o texto informativo (ou explicativo) deve ter uma linguagem objetiva e não se confunde com os textos de natureza artística ou literária. É o texto da imprensa, do professor, dos relatórios técnicos ou científicos. Isso não quer dizer que neles não podemos encontrar passagens narrativas ou descritivas. (MAIA, 2003, p. 36).

Continua com a definição de texto argumentativo, mencionando que é o texto que procura

convencer, propondo ou impondo ao receptor uma interpretação particular de quem o produz. Por isso mesmo, visa defender uma tese ou rejeitá-la. Os textos argumentativos não se confundem com os textos informativos, pois, nestes, os fatos e ideias não são geralmente expostos com o objetivo de convencer o leitor [...] (MAIA, 2003, p. 36).

A sua penúltima definição é sobre o texto injuntivo, no qual ele diz que

a palavra “injunção” significa ordem formal, imposição exigência. As formas verbais específicas de frases que exprimem ordem estão no modo injuntivo,

no qual uma das formas é o imperativo. Os textos injuntivos exemplificam o uso da linguagem em sua função apelativa (ou conativa). (MAIA, 2003, p. 36).

E por fim, a sua última definição, sendo o texto poético, dizendo que no texto poético

o objetivo é a própria construção da mensagem. O texto poético valoriza sons, ritmos e a variedade de sentidos. [...] Podemos encontrar textos poéticos narrativos, descritivos, informativos, (poesia didática antiga e até com passagens ou objetivos injuntivos, como a poesia social de Castro Alves ou algumas mensagens publicitárias. (MAIA, 2003, p. 37).

Com essas definições, podemos perceber que muitas vezes os gêneros e tipologias textuais são ensinados de maneiras incorretas. Podemos encontrar em salas de aulas, ou até mesmo nos recordarmos de como aprendemos em nossos anos de colegiais, como foram ensinados os gêneros textuais. Muitas vezes somente com base em definições, como essas que mostramos, mas não que essa forma seja errada, necessita-se de uma explanação das teorias, de uma explicação antes de se partir para uma prática, no entanto, a forma como é aplicada a prática que muitas vezes são defasadas, incompletas.

Na maioria das vezes a prática desse tipo de ensino ocorre quando se dão exemplos de textos para que os alunos leiam e digam a qual gênero pertencem. É o que podemos encontrar nos exercícios do mesmo autor que abordamos as definições para os tipos textuais, em que para ele é o mesmo que gêneros textuais. Vejamos os tipos de exercícios práticos para a identificação das funções de linguagem de um texto:

[..] Identifique as funções da linguagem predominantes nos seguintes textos:

a) A tirotricina é um antibiótico composto de gramicidina e tirocidina. A gramicidina tem grande poder bacteriostático e bactericida contra germes grampositivos. A tirocidina tem eficiência contra germes gram-negativos.

a) Propriedade Privada. Entrada proibida.

b) Os fardos de farinha
Empilhados na noite
Contra o muro do armazém
Dormem pesados calmos
Alimentícios.
(Fernando Torres)

c) Quem sabe o que quer, quer saúde. Não fume!

d) Torce, aprimora, alteia, lima
A frase: e, enfim,
No verso de ouro engasta a rima,
Como um rubim.
(Olavo Bilac)

e) Se tu me amas, ama-me baixinho
Não o grites de cima dos telhados
Deixa em paz os passarinhos
Deixa em paz a mim!

(Mário Quintana)
(MAIA, 2003, p. 34-35)

E assim ele faz também com as atividades dos tipos textuais, dando exemplos de textos para que o aluno indique qual é o tipo de texto. Essa é uma maneira viável, pode ser uma das formas de praticar a aprendizagem, mas não pode ser somente dessa forma. É necessário praticar também a criação desses tipos de gêneros, praticar a produção de textos, tanto na forma escrita, quando na oral, pois a partir da criação de textos pode-se praticar a oralidade dos mesmos, fazendo-se leituras em voz alta, apresentação aos colegas e até mesmo a encenação, como declamação de poemas, poesias, exposição de peças teatrais. Isso, além de chamar e prender a atenção do aluno, faz com que ele sinta na prática o aprendizado, que ele pratique de fato o trabalho com os gêneros textuais e aprendam de verdade, de uma maneira em que, quando se coloca em prática o nosso aprendizado, este se torna muito mais difícil de esquecer e o aluno terá condições de se expressar sobre qualquer tipo de texto em qualquer situação e ambiente.

Antigamente, e até os dias atuais, o ensino de produção de textos é feito de uma única maneira, como se todos os tipos de texto fossem iguais e não possuíssem diferenças que deveriam ser ensinadas especificamente, mostrando suas características, pois os textos, independentemente de serem parecidos, possuem suas especificidades que diferenciam um do outro, a começar pelos itens introdução, desenvolvimento e conclusão, o emissor, destinatário, enfim, as características que merecem um cuidado maior na hora de se ensinar e produzir textos.

A escola basicamente ensina somente três tipos de textos, narração, descrição e dissertação, como se esses fossem os únicos textos existentes, somente pelo simples fato de serem os tipos textuais mais usados no cotidiano. É importante que o aluno conheça todos os tipos de textos, sua forma de produção e aplicação mediante qualquer situação e público. E para isso, tem que haver muita prática. Vejamos agora, algumas propostas de como aplicarmos e melhorarmos o ensino da oralidade e da escrita em conjunto, sem que uma interfira ou prejudique a outra, ao contrário, o ensino de ambas ao mesmo tempo pode ser essencial para o bom desenvolvimento da competência discursiva do aluno.

5.3 PROPOSTAS E EXEMPLOS INTERESSANTES PARA O ENSINO DA ORALIDADE E ESCRITA NAS ESCOLAS

Antes de pensar em qualquer proposta de ensino, o professor deve ter a consciência de que ele é o mero intermediador do conhecimento do aluno, que deve auxiliar seus alunos a encontrar melhores alternativas para que possam produzir textos escritos e orais com eficiência e eficácia. Podemos ter como exemplo de como um professor deve proceder ao ensinar gêneros textuais na escola o abordado por Aline Segate, em seu artigo intitulado *Gêneros textuais no ensino de Língua Portuguesa*, em que ela apresenta sugestões e exemplos importantes de como trabalhar esse tema com os alunos. Vamos observar:

Num primeiro momento, o professor apresenta a situação (gênero) de forma detalhada aos alunos, para que em seguida, eles realizem a primeira produção textual sobre o gênero trabalhado. Com isso, o professor terá a oportunidade de verificar qual o conhecimento que esses alunos já possuem sobre o gênero, para, então, adaptar as atividades que serão realizadas pelos alunos ao longo da sequência didática, que será utilizada para o ensino do gênero escolhido. A produção inicial é fundamental na adaptação da sequência didática, pois é por meio dela que o professor terá a oportunidade de avaliar, precisamente, quais são as principais dificuldades dos alunos e perceber qual o nível de conhecimento que eles têm sobre o gênero. Em seguida, depois da avaliação das dificuldades e do conhecimento que os alunos têm sobre o gênero, o professor trabalhará com diversas atividades e exercícios que lhes permitirão dominar o gênero escolhido. Estas atividades deverão ser realizadas nos módulos. O ensino com os módulos, conforme colocado no esquema acima, permite ao professor observar as dificuldades e as descobertas dos alunos ao longo do processo de ensino-aprendizagem com o gênero, pois o aluno constrói o conhecimento, interage socialmente com os colegas por meio das atividades propostas pelo professor. Essas atividades devem ser elaboradas, levando em consideração as necessidades particulares de cada aluno, visando, assim, à construção do conhecimento. Na produção final, depois de um estudo aprofundado das particularidades do gênero, o aluno terá adquirido conhecimento suficiente para redigir um texto que será avaliado pelo professor. Neste texto, o professor verificará se o aluno progrediu, construiu o conhecimento do gênero estudado e se adquiriu e aperfeiçoou capacidades linguísticas. (SEGATE, 2012, p. 6).

É importante que o professor aja desta forma, primeiro se inteirando dos conhecimentos que os alunos já possuem sobre textos, gêneros textuais, apresentando os diversos tipos de textos existentes e em seguida colocar em prática os conhecimentos prévios e adquiridos em suas produções. O professor deve ser um mediador dos conhecimentos dos alunos.

E com base nas idéias dadas por SEGATE, citaremos mais um exemplo de como trabalhar a escrita e a oralidade através dos gêneros textuais. Desta vez contaremos com o auxílio de uma apostila criada para um projeto de Ensino para

Jovens e Adultos, pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná, intitulada *Português, Ensino Fundamental – Fase II, Caderno 1*. Essa apostila faz parte de uma coleção que apresenta atividades muito interessantes de como ensinar a Língua Portuguesa para jovens e adultos e foi com base nela que pensamos em como propor o ensino da escrita e oralidade através dos gêneros textuais. Utilizaremos alguns de seus exemplos, mas também daremos os nossos, a fim de que se atinjam os objetivos que almejamos.

Encontramos nessa apostila uma atividade voltada para o que comentamos neste trabalho, a variação linguística, tornando muito importante para darmos continuidade a nossa proposta de trabalharmos a escrita junto com a oralidade. A apostila apresenta um texto escrito na forma como é falada na oralidade, mostrando que *“Enfim, escrever é diferente de falar.”* (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, 2012, p. 09).

Começa a atividade apresentando um pequeno texto de autoria de Jô Soares, retirado da Revista Veja, de 28/11/1990. Vamos conhecer o texto para vermos as propostas sugeridas pela apostila.

“Português é fácil de aprender porque é uma língua que se escreve exatamente como se fala”

Pois é. U purtuguês é muito fácil d aprender, purqui é um a língua que a genti iscrevi ixatamente cumu si fala. Num é cumu inglês que dá até vontadi di ri quandu a genti dicobri cumu é qui si iscrevi algumas palavras. Im pututguês não. É só prestatenção. U alemão pour exemplu. Qué coisa mais doida? Num bate nada cum nada. Até nu espanhol que é parecido, si iscrevi muito diferenti. Qui bom que a minha língua é u purtuguês. Quem soube falá sabi iscrevê. (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, 2012, p. 08).

Após abordar o texto, a apostila dialoga com o leitor, fala sobre o texto.

Observe:

Você deve ter observado, ao ler o texto 2, que as palavras do título estão escritas de forma diferente das palavras do texto. Por que existe essa diferença? Isso acontece porque no título elas obedecem às normas da escrita e no texto elas são escritas exatamente como são pronunciadas pelo autor. Certamente é uma brincadeira do humorista Jô Soares, com a intenção de deixar bem claro que a escrita não reproduz a fala. Lendo o texto com atenção, você irá perceber que o autor usou “i” e “u” no lugar das “e” e “o”. E isso ocorre frequentemente na fala. (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, 2012, p. 08)

E dá exemplos de como isso acontece, mostrando e deixando bem claro ao aluno a diferença entre a oralidade e a escrita, com base no uso ou não da norma padrão. Veja:

“Até nu espalhol qui é parecidu si iscrevi muinto diferenti.”
Veja agora a mesma frase do autor na linguagem escrita.

“Até no espanhol que é parecido se escreve muito diferente.”
(SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ,
2012, p. 08-09).

E em seguida, dá mais exemplos, mas desta vez em forma de atividades para que os alunos pratiquem. E também mantém o diálogo com o leitor como uma forma de chamar a atenção do leitor, com uma linguagem bem simples, sem o uso de termos técnicos e bem próximo da fala dele para o melhor entendimento do aluno. Isto é muito importante, ainda mais neste caso de jovens e adultos que ainda estão sendo alfabetizados e não possuem todo o conhecimento da língua, usar uma linguagem muito culta pode dificultar ainda mais o aprendizado dele. Vejamos agora as propostas de exercício da apostila:

1 – Rescreva as frases abaixo, da linguagem oral, passando-as para a linguagem escrita.

a) “U portuguêis é muinto fáciu di aprender purqui é uma língua qui a genti iscrevi ixatamenti cum si fala.”

b) “Num bate nada cum nada.”

(SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ,
2012, p. 08-09).

O importante também é que o autor menciona a diferenças existentes em outras línguas, fazendo com que o aluno perceba que existe diferença na escrita e na fala não só na Língua Portuguesa, mas em muitas outras línguas também.

2 – Observe que no texto o autor cita, além do Português (Língua Portuguesa) e do Inglês (Língua Inglesa), outras duas línguas. Quais são elas?

3 – Das três línguas citadas no texto, qual é a mais parecida com o Português?

- a) () Inglês
b) () Espanhol
c) () Alemão

(SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ,
2012, p. 08-09).

Depois de outras atividades, a apostila finaliza questionando sobre a verdadeira intenção do texto ao aluno:

[...] Na sua opinião, qual a verdadeira intenção do texto?

- a) () Mostrar que para escrever basta saber falar.
b) () Ensinar a diferença entre o certo e o errado.
c) () Brincar com a diferença entre a fala e a escrita.

(SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, 2012, p. 10).

É aí que cabe ao professor mostrar essas diferenças, mostrar as variações linguísticas, quando e como podemos usá-las, sem frisar ao aluno que a única forma correta de usar a língua é a norma padrão.

Depois, o autor finaliza suas atividades deixando suas considerações finais, dizendo o que espera que o aluno tenha aprendido com essas atividades:

Esperamos que após a leitura e a exploração dos textos 1 e 2 você tenha percebido que a escrita segue acordos, regras e normas próprias. E é essa modalidade da língua, a escrita, que você veio exercitar, aprende mesmo, aqui na escola. [...] Pretendemos oferecer a você, nestes Cadernos, a prática da leitura e escrita, através de textos variados e interessantes que o auxiliarão a conhecer outras formas de falar e escrever, consideradas mais adequadas (linguagem padrão), em situações como: entrevistas numa empresa, falar com o padrão, escrever uma carta, fazer um discurso ou outras situações de comunicação. Passemos então ao estudo de outros textos. Esperamos que você tenha sucesso em sua caminhada e êxito em seus estudos. (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, 2012, p. 10-11).

E a apostila não finaliza suas atividades, são vários números de “Cadernos”, que tratam e abordam os mais diversos tipos de textos, propondo atividades variadas de como trabalhar a oralidade e a escrita, que valeriam a pena continuar citando aqui, pois são muito bons, mas nos limitamos a apenas uma delas, que já é suficiente para mostrarmos nossa proposta. No entanto, ainda é possível aprofundar ainda mais e propor outras atividades para complementar e melhorar ainda mais o ensinoaprendizagem da escrita e oralidade através dos gêneros textuais.

No entanto, ficou faltando nessa atividade abordar como se trabalhar o gênero textual, ou seja, aprofundar sobre o gênero a que ele pertence. Podemos perceber que se trata um texto que dialoga com o leitor, que expõe sua opinião, mas também informativo, pois fornece informações sobre as diferenças existentes entre as línguas falada e escrita, e também entre línguas diferentes; e o texto também possui uma função metalinguística, ou seja, a linguagem falando sobre a linguagem, a língua escrita falando da língua falada, que por sua vez se manifesta através da língua escrita e também falada.

O professor deve mostrar isso ao aluno, mostrando que é possível um único texto possuir vários gêneros e funções. Neste caso encontramos três funções: informativo, conativo e metalinguístico; e o aluno deve ser capaz de perceber isso.

Agora, podemos pegar esse mesmo texto e trabalhar vários tipos de gêneros com ele, ou seja, transformá-lo em outros tipos de textos, dependendo de sua função, de seu destinatário. Usar esse mesmo tema, o mesmo assunto e trabalhar diversos tipos de textos, tanto na forma oral como escrita.

Pode-se propor ao aluno produzir um texto para cada tipo de gênero, de função. Produzir uma notícia, que pode ser trabalhada e apresentada posteriormente em forma de noticiário; produzir um poema, que pode ser declamado para os demais alunos; produzir uma carta, que pode ser lida em voz alta para os demais colegas; pode até mesmo se produzir um teatro com esse tema, não seguindo necessariamente a rigor o que está escrito no texto, mas que abordem o mesmo assunto do texto; fazer um “jogo teatral” com os alunos, em que um se expressa oralmente conforme a escrita e briga com o outro que fala com o uso das variações, tentando fazer com que o outro fale corretamente, conforme a norma padrão, enquanto que este tenta convencê-lo que a norma padrão não é a única forma de usar ao se expressar, que a língua é repleta de variedades e riquezas que possibilitam inúmeras formas de comunicação, sem que se interfira no processo de entendimento.

Uma outra atividade interessante seria os alunos gravarem as falas um do outro, mas em ambientes informais, sem que o outro saiba que está sendo gravado, pois ao saber que está sendo gravado, o aluno modificará sua fala, aproximando-se da norma padrão, isso porque quando sabemos que estamos sendo avaliados, automaticamente adaptamos nossas falas e, quando estamos em momentos mais informais, sem que exista uma avaliação, falamos de maneira mais descontraída, espontânea, usando gírias, jargões, sem preocupações com regras. É essa fala que o aluno deverá avaliar, compreender e entender o como podemos usar a nossa língua, e para compreender ainda mais, comparar essa linguagem com a de telejornais, entrevistas, e não só a linguagem falada, mas como também a linguagem utilizada na escrita, como livros, jornais, revistas. Fazendo dessa forma, o aluno saberá como é utilizada a linguagem para cada uma dessas situações e será um mero conhecedor e aplicador da linguagem em seu dia-a-dia.

Poderíamos aqui continuar expondo mais outras atividades de como trabalhar a oralidade e a escrita através de gêneros textuais, no entanto, seria tirar a criatividade dos professores e também dos alunos ao ensiná-los e aprender. O que

queremos deixar aqui, é que é possível sim ensinar a oralidade com os recursos que possuímos, ensinar com pouco, basta um pouco mais de dedicação dos educadores em ensinar, basta que não se coloque tantos empecilhos e não se jogue a culpa no sistema, no governo, na escola, nos alunos etc.

Enfim, o que na verdade impede de se ensinar a oralidade juntamente com a escrita nas escolas é o não acreditar que é possível ensiná-las, que a única forma correta e a única coisa que se deve ensinar aos alunos é a norma padrão, e que a oralidade não é tão importante assim na vida das pessoas, e aquelas pessoas que acreditam um pouco na sua importância, ainda assim acreditam que a oralidade também deve seguir os mesmos princípios que a norma escrita segue. Ou seja, resumindo, acredita-se que a oralidade, sendo importante ou não, deve ser usada da mesma forma que a escrita, e não se percebe que a oralidade, mesmo que siga as normas, possui finalidades diferentes das que a escrita possui, que nem sempre podemos usar a mesma linguagem na fala que usamos na escrita.

Ao menos, ficam aqui as dicas e exemplos para o ensino da oralidade e da escrita e a certeza de que não é impossível ensiná-las, como muitos ainda acreditam, e a importância que a mesma tem para todos nós no nosso dia-a-dia.

CONCLUSÃO

O homem como ser social, ou sociável, precisa estar sempre em interação com o outro e para isso ele criou formas de comunicação através de uma linguagem que foi desenvolvida das mais diversas formas. Hoje, podemos dizer que essa linguagem desenvolvida, denominada de língua, está subdividida em linguagem verbal e linguagem não verbal. Mas o que diferencia uma da outra é o fato de uma ter a presença de palavras em sua estrutura, que é o que ocorre com a linguagem verbal, sendo a linguagem não verbal assim caracterizada por não possuir a presença de palavras. A linguagem verbal pode ser tanto escrita como falada, como mostramos ao longo do trabalho.

No entanto, sendo assim, podemos dizer que utilizamos em nossos meios comunicacionais mais a linguagem verbal do que a não verbal, pois tudo a nossa volta envolve o uso de alguma palavra. São mínimas as situações em que nos deparamos com o uso da linguagem não verbal. Difícil é dizer qual forma de comunicação usamos mais em nosso dia-a-dia, a escrita ou a fala, já que estamos o tempo todo lendo, escrevendo, ouvindo e/ou falando alguma coisa. Não utilizamos somente a escrita ou somente a fala em nosso cotidiano, por isso, a importância de sabermos utilizar com eficiência cada uma delas.

É por esse motivo que se tornou importante o ensino da oralidade nas escolas, pois sabemos que as escolas, pelo menos quase todas, ensinam somente a escrita, as regras de gramática, ortografia e os demais elementos que compõem a norma padrão da Língua Portuguesa. E como sabemos, não utilizamos somente a escrita, a fala também está presente em muitas ações e momentos importantes de nossa vida, e em consequência disso, exige-se que saibamos como nos manifestar oralmente corretamente.

Os PCNs já reconheceram essa importância e propõe que as escolas aderem ao ensino da oralidade nas salas de aulas, afirmando que a escola tem de desenvolver uma série de atividades de escuta orientada e também a leitura de textos e a prática de produção de textos orais. No entanto, não queremos descartar o ensino da escrita, ao contrário, ela é tão importante quanto o estudo da oralidade. Elas devem ser trabalhadas juntas, uma vez que uma facilita o processo de

entendimento da outra, ou seja, por exemplo, a fala se desenvolve com base nos moldes da escrita, e a oralidade serve para entender alguns elementos que ocorrem na escrita. Nesse sentido, a escola deve trabalhar todo o tipo de situações em que se trabalha com a oralidade e também a escrita, abordando diversos tipos de textos em diversas situações e contextos.

É através desse pensamento que segue a proposta de ensinar e praticar a oralidade e a escrita através dos gêneros textuais, pois eles nos permitem ter conhecimentos dos mais diversos tipos de textos ambientados para qualquer tipo de situação. É muito importante trabalhar os gêneros textuais nas salas de aula, pois não há nenhum tipo de comunicação, seja ela escrita ou falada, que não envolva algum tipo de gêneros textuais. As escolas ensinam os gêneros textuais, mas de uma forma descontextualizada e com finalidades diferentes das quais elas deveriam realmente ser. As escolas não fazem a relação dos gêneros com as práticas sociais, com o uso no cotidiano feitas pelas pessoas, e isso se torna um ensino precário, que realmente tornam inúteis o ensino dos gêneros nas salas de aulas, já que o aluno apenas tem conhecimento da existência dos gêneros, mas não sabem como usá-los nas práticas do dia-a-dia.

O ensino com gêneros textuais é fundamental para o processo de ensino-aprendizado da língua, pois eles permitem que o aluno tenha maiores condições de receber e produzir diversos textos. O professor já não é mais aquele que apenas ensina sobre os textos literários, que são muito distantes da realidade do aluno, da realidade da sociedade hoje em dia. O professor é praticamente o responsável pelo bom desempenho do aluno fora das salas de aulas, na sua entrada e permanência no mercado de trabalho, no sucesso profissional e pessoal do aluno.

Enfim, o que queremos mostrar aqui é que não é impossível, e muito menos difícil ensinar a oralidade juntamente com a escrita nas escolas, que podemos ensiná-la sem precisar passar por esses problemas, sem forçar o aluno a seguir a norma padrão, a língua culta. Não é a falta de materiais adequados e nem a falta de preparação dos professores que são empecilhos para se ter um bom ensino da oralidade e também da escrita. Os materiais a serem utilizados podem ser um simples texto, uma lousa, e bons argumentos e explicações a respeito do conteúdo.

Não precisamos de inúmeros materiais, de incontáveis exercícios, e nem mesmo de programas de soletrações e repetições da fala e muito menos de leitura

em voz alta para sabermos como anda a leitura do aluno, pois é para isso que serve a leitura em voz alta de um texto, para ver se o aluno é capaz de ler seguindo as normas e regras que estão impostas no texto sem que cometa um erro e quando comete, é imediatamente corrigido pelo professor. Mas não podemos dizer que essa maneira é errada e que não deve ser usada, ao contrário, deve ser usada sim, pois ela também traz aprendizado, o aluno aprende a ler e não terá dificuldade ao ler um texto escrito diante de várias pessoas, mas que essa maneira não seja a única forma de se trabalhar com a oralidade, como é feito nas maiorias das escolas, sendo a única forma de ensino da oralidade que a escola possui. Esse tipo de ensino deve ser usado juntamente com outros e explorar o máximo que puder da oralidade e da escrita no ensinoaprendizagem do aluno.

Para ensinarmos a oralidade e escrita em sala de aula, devemos rever e reavaliar a forma como é ensinada a língua nas salas de aulas. Não podem ser usadas como unidades básicas de ensino as interpretações de textos em que os alunos retiram do próprio texto a resposta sem muitas vezes precisar fazer nenhum esforço para encontrá-la; exercícios repetitivos, em que se aprendem as regras de pontuação, acentuação, ortografia, gramática, enfim, a maneira como é ensinada a língua na escola já está um tanto defasada e ultrapassada. É preciso inovar, buscar alternativas que chamem a atenção do aluno e que faça com que ele realmente aprenda, e não decore o que está sendo ensinado, pois esse tipo de ensino baseado no “decoreba” mais cedo ou mais tarde acabará sendo esquecido pelo aluno.

O professor não deve ficar preso somente ao uso do livro de didático, de apostilas, só porque são os únicos materiais disponíveis pela escola. O professor deve usar a criatividade, embora o pouco tempo disponível que tem para preparar uma boa aula, mas deve dar o seu máximo com o tempo e o material que tiver para que seja dada uma boa aula. Deve realmente se preocupar com o aprendizado do aluno e não somente em passar apenas os conteúdos propostos pelo currículo escolar, preocupando-se com a qualidade do que com a quantidade de conteúdos.

Não podemos apenas colocar a culpa no governo por não oferecer os materiais didáticos adequados, por não ofertar uma escola com boa infraestrutura, não podemos culpar a falta de preparação dos professores, a falta de tempo disponível do mesmo, a falta de apoio, o mau remuneração, as condições de trabalho. Nada disso é empecilho e muito menos desculpa para que o professor

ofereça um bom ensino aos seus alunos, embora isso sejam fatores que interfiram diretamente no bem estar e autoestima do professor e demais profissionais da educação. No entanto, devemos nos preocupar com a qualidade de ensino que estamos ofertando, nos futuros adultos e profissionais que estamos gerando para administrar o nosso país futuramente. Não podemos ficar de braços cruzados, sem nada fazermos para melhorar a qualidade do ensino de nosso país.

Se o problema é falta de materiais, vamos usar o que temos disponíveis; se o problema é falta de tempos, vamos aproveitar ao máximo o pouco tempo que temos; se o problema é despreparo dos professores, temos a formação continuada que serve para ser usada como um meio de atualização e estudo do professor, e não como ambiente para reclamações e discussões dos problemas encontrados nas escolas etc.; enfim, mesmo com todos os problemas encontrados pelos alunos, professores e demais profissionais da educação para o ensino da língua escrita e falada nas escolas, o que não pode faltar é força de vontade e o desejo de querer ver o aluno um bom desenvolvedor da língua. O que não falta são alternativas para que o professor possa ensinar a língua de maneira adequada, sem priorizar somente a escrita ou a fala, portanto, é possível sim tornar o aluno um mero competente discursivo e linguístico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAURRE, Maria Bernadete M. **Regionalismo linguístico e a contradição da alfabetização no intervalo**. Seminário Multidisciplinar de Alfabetização. Brasília: Inep, 1984.

ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha Victorio de Oliveira. **Linguística e história: oralidade e escrita no discurso religioso medieval**. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/maluv009.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2012.

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália - novela sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 1997.

BAGNO, Marcos. **A norma oculta - língua & poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BRASIL. PCN. **Parâmetros curriculares nacionais: Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2012.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização & lingüística**. 10. ed. São Paulo: Scipione, 2007.

DAROS, Sônia Cristina Pavanelli. **Oralidade: uma perspectiva de ensino**. Tese. (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Cecília Rafael de Góes. Piracicaba, 2006. Disponível em: http://www.anj.org.br/jornaleeducacao/biblioteca/monografias-dissertacoes-e-teses/Oralidade_Umaperspectivadeensino.pdf.

FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia C.V. O; AQUINO, Zilda G.O. **Oralidade e escrita: perspectiva para o ensino de língua materna**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurário: o dicionário da Língua Portuguesa**, 7 ed. Curitiba: Positivo, 2008.

GERALDI, João Wanderley. **Linguagem e Ensino: exercício de militância e divulgação**. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996.

LOUREIRO, Stefânie Arca Garrido. **Alfabetização, uma perspectiva humanista e progressista**, Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

MAIA, João Domingues. **Português**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2003. (Série Novo Ensino Médio)

MAGALHÃES, Tânia Guedes. Concepções de oralidade: A teoria dos PCN e PNLD e a prática nos livros didáticos, **GT: Alfabetização, leitura e escrita**. n. 10. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT10-3320--Int.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2012.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade**. In: DIONÍSIO, A. et al. **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1964.

POSSENTI, Sírio. **O drama da escrita**. In: _____. **Mal comportadas línguas**. 2. ed. Curitiba: Criar Edições, 2002.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**, 19ª. reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção Primeiros Passos).

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1969.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, Caderno 1(português), Ensino fundamental – fase II, Departamento de Ensino de Jovens e Adultos . [?]. Disponível em: http://intervox.nce.ufrj.br/~diniz/d/direito/ou-Apostila_Portugues_Oralidade_x_Escrita_1.pdf. Acesso em: 27 abr. 2012.

SEGATE, Aline. **Gêneros textuais no ensino de língua portuguesa**. [?]. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/linhadagua/images/arquivos/LD/23/Segate.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2012.

SILVA, Alexandre Cezar. A relação da língua falada e escrita sob o olhar dos PCNs. **Revista de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**, Ano 06, nº 13, 2010.

SILVA, Maurício. **O novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, o que muda, o que não muda**. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Thaís Cristóforo. **Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

STUBBS, Michael. **Educational Linguistics**. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1990.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Tipelementos e a construção de uma teoria tipológica geral de textos. In: FÁVERO, Leonor Lopes; BASTOS, Neusa M. de O. Barbosa & MARQUESI, Sueli Cristina. (Org.). **Língua portuguesa pesquisa e ensino**. Vol. II. São Paulo: EDUC / FAPESP, 2007.

XAVIER, Antonio Carlos; CORTEZ, Suzana. **Conversas com linguistas**. Rio de Janeiro: Parábola Editorial, 2005.